



República de Moçambique
Ministério da Administração Estatal

PERFIL DO DISTRITO DE MAGOÈ PROVÍNCIA DE TETE



Edição 2005

A informação incluída nesta publicação provém de fontes consideradas fiáveis e tem uma natureza informativa, não constituindo parecer profissional sobre a estratégia de desenvolvimento local. As suas conclusões não são válidas em todas as circunstâncias. Noutros casos, deverá ser solicitada opinião específica ao Ministério da Administração Estatal ou à firma MÉTIER - Consultoria & Desenvolvimento, Lda.

Série: Perfis Distritais

Edição: 2005

Editor: Ministério da Administração Estatal

Coordenação: Direcção Nacional da Administração Local

Copyright © 2005 Ministério da Administração Estatal.

Um resumo desta publicação está disponível na Internet em: <http://www.govnet.gov.mz/>

Assistência técnica: MÉTIER – Consultoria & Desenvolvimento, Lda

Um resumo desta publicação está disponível na Internet em: <http://www.metier.co.mz>

Índice

Prefácio	v
Siglas e Abreviaturas	vii
MAPA DA LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO DISTRITO	viii
1 Breve Caracterização do Distrito	2
1.1 Localização, Superfície e População	2
1.2 Clima, Relevo e Solos	2
1.3 Infra-estruturas	3
1.4 Economia e Serviços	4
2 História, Política e Sociedade Civil	7
3 Demografia	10
3.1 Estrutura etária e por sexo	10
3.2 Traço sociológico	10
3.3 Línguas faladas	11
3.4 Analfabetismo e Escolarização	11
4 Habitação e Condições de Vida	12
5 Organização Administrativa e Governação	15
5.1 Governo Distrital	15
5.2 Reforma do sector público	17
5.3 Síntese dos resultados da actividade dos órgãos distritais	18
5.3.1 Obras Públicas e Habitação	20
5.3.2 Educação e Saúde	20
5.3.3 Cultura, Juventude e Desporto	21
5.3.4 Mulher e Coordenação da Acção Social	21
5.3.5 Justiça, Ordem e Segurança pública	21
5.4 Finanças Públicas	22
5.5 Constrangimentos à acção do Governo Distrital	23
5.6 Participação comunitária	24
5.7 Apoio do sector privado	24
5.8 Apoio externo	25
6 Posse e Uso da Terra	26
6.1 Posse da terra	26
6.2 Trabalho agrícola	27
6.3 Utilização económica do solo	27
6.3.1 Agricultura	27
6.3.2 Pecuária e Avicultura	28
6.3.3 Produção não agrícola	28

7	Educação	29
8	Saúde e Acção Social	32
8.1	Cuidados de saúde e quadro epidémico	32
8.2	Acção Social	33
9	Género	34
9.1	Educação	34
9.2	Actividade económica e exploração da terra	35
9.3	Governança	36
10	Actividade Económica	37
10.1	População economicamente activa	37
10.2	Orçamento familiar	38
10.3	Segurança alimentar e estratégias de sobrevivência	39
10.4	Infra-estruturas de base	40
10.5	Agricultura e Desenvolvimento Rural	41
10.5.1	Produção agrícola e sistemas de cultivo	41
10.5.2	Pecuária	42
10.5.3	Pescas, Florestas e Fauna bravia	43
10.6	Indústria, Comércio e Serviços	44
	Anexo: Autoridade Comunitária no Distrito de Magoe	46
	Documentação consultada	47

Lista de tabelas

TABELA 1:	População por posto administrativo, idade e sexo, 1/1/2005	10
TABELA 2:	Agregados, segundo a dimensão e o tipo sociológico	10
TABELA 3:	População, segundo o estado civil e a crença religiosa	11
TABELA 4:	População, consoante o conhecimento de Português	11
TABELA 5:	População, por condição de alfabetização, 1997	11
TABELA 6:	Famílias, tipo de casa e condições básicas de vida	12
TABELA 7:	População, por condição de frequência escolar	29
TABELA 8:	População, por nível de ensino que frequenta	30
TABELA 9:	População, por nível de ensino concluído	30
TABELA 10:	Escolas, alunos e professores, 2003	31
TABELA 11:	Unidades de saúde, camas e pessoal, 2003	32
TABELA 12:	Indicadores de cuidados de saúde, 2003	32
TABELA 13:	População, por condição de orfandade, 1997	33
TABELA 14:	População deficiente, por idade e residência, 1997	33
TABELA 15:	População activa, por ramo de actividade, 2005	38
TABELA 16:	Rede de estradas	40
TABELA 17:	Produção agrícola, por principais culturas: 2000-2003	42

Lista de figuras

FIGURA 1:	Famílias, por condições básicas de vida.....	12
FIGURA 2:	Habitações, por tipo de materiais usados	13
FIGURA 3:	Habitações, segundo a fonte de abastecimento de água.....	13
FIGURA 4:	Estrutura do orçamento distrital, 2004	22
FIGURA 5:	Estrutura de exploração agrária da terra	27
FIGURA 6:	Explorações e área, por culturas principais	28
FIGURA 7:	População, por nível de ensino que frequenta.....	29
FIGURA 8:	Quadro epidémico, 2003.....	33
FIGURA 9:	Indicadores de escolaridade, por sexos.....	34
FIGURA 10:	Quota das mulheres no trabalho agrícola e remunerado.....	35
FIGURA 11:	População activa, por ramo de actividade, 2005.....	37
FIGURA 12:	Consumo familiar, por grupo de produtos e serviços	38
FIGURA 13:	Distribuição das famílias, segundo o rendimento mensal.....	39



Prefácio



Com 800 mil km² de superfície e uma população de 19,5 milhões de habitantes, Moçambique inicia o séc. XXI, com exigências inadiáveis de engajamento de todos os níveis da sociedade e dos vários intervenientes institucionais e parceiros de cooperação, num esforço conjugado de combate à pobreza e desigualdade e de promoção do desenvolvimento económico e social do País.

Efectivamente, alcançar estes propósitos, num contexto de interdependência dos objectivos de reconstrução e desenvolvimento com os do crescimento, requer o empenho de todos os sectores, grupos e comunidades da sociedade moçambicana.

Na esfera da governação, esta exigência abrange todos os níveis territoriais e cada uma das instituições públicas, estando a respectiva política do Governo enunciada nos preceitos Constitucionais sobre a Descentralização e a Reforma do Sector Público.

A Lei dos Órgãos Locais, n.º 8/2003 de 27 de Março, ao estabelecer os novos princípios e normas de organização, competências e de funcionamento destes órgãos nos escalões de província, distrito, posto administrativo e localidade, dotou o processo de um novo quadro jurídico que reforça e operacionaliza a importância estratégica da governação local.

Neste contexto, o *Distrito* é um conceito territorial e administrativo essencial à programação da actividade económica e social e à coordenação das intervenções das instituições nacionais e internacionais. Avaliar o potencial distrital e o seu grau de sustentabilidade, bem como o nível de ajustamento do respectivo aparelho administrativo e técnico às necessidades do desenvolvimento local, é, pois, um passo primordial.

É, neste contexto, que o Ministério da Administração Estatal elaborou e procede à publicação dos Perfis dos 128 Distritos de Moçambique.

Fá-lo, numa abordagem integrada com o processo de fortalecimento da gestão e planificação locais, proporcionando – para cada distrito, no período que medeia 2000 a 2004 – uma avaliação detalhada do grau local de desenvolvimento humano, económico e social.

Estamos certos que este produto, apetrechará as várias Instituições públicas e privadas, nacionais ou internacionais, com um conhecimento de todo o país, que potencia o prosseguimento coordenado das acções de combate à pobreza em Moçambique.



República de Moçambique
Ministério da Administração Estatal

Efectivamente, entendemos os Perfis Distritais como um contributo para um processo de gestão que integra, por um lado, os aspectos organizacionais e de competências distritais e, por outro, as questões decorrentes do desenvolvimento e da descentralização nas áreas da planificação e da afectação e gestão dos recursos públicos.

A presidir à definição do seu conteúdo e estrutura, está subjacente a intenção de fortalecer um ambiente de governação:

- dominado pela visão estratégica local e participação comunitária;
- promotor da gradual implementação de modelos de negócio da administração distrital ajustados às prioridades da região, ao quadro de desconcentração de competências e ao sistema de afectação de recursos públicos; e
- integrado em processos de apropriação local na decisão e responsabilização na execução.

Para a sua elaboração, foram preciosos os contributos recebidos de várias instituições ao nível central e local, de que destacamos, todos os Governos Provinciais e Distritais, o Instituto Nacional de Estatística, o Ministério do Plano e Finanças, o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde.

A todos os intervenientes e, em particular aos Administradores de Distrito, que estas publicações sejam consideradas como um gesto de agradecimento e devolução. Uma menção de apreço, ainda, ao grupo MÉTIER, Consultoria e Desenvolvimento, pela assistência técnica prestada na análise da vasta informação recolhida.

A finalizar, referir que a publicação destes Perfis insere-se num esforço continuado, por parte do Ministério da Administração Estatal e da sua Direcção Nacional de Administração Local, de monitoria do desenvolvimento institucional da administração pública local e do seu gradual ajustamento às exigências do desenvolvimento e crescimento em Moçambique.

Entusiasmamos, pois, todas as contribuições e comentários que possam fazer chegar a essa Direcção Nacional, no sentido de melhorar e enriquecer o conteúdo futuro dos Perfis.

Maputo, 25 de Setembro de 2005.

Lucas Chomera Jeremias

Ministro da Administração Estatal

Siglas e Abreviaturas

AD	Administração Distrital
DDADR	Direcção Distrital de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DDMCAS	Direcção Distrital da Mulher e Coordenação da Acção Social
DNAL	Direcção Nacional da Administração Local
DNPO	Direcção Nacional do Plano e Orçamento
EDM	Electricidade de Moçambique
EN	Estrada Nacional
IAF	Inquérito aos agregados familiares, sobre o orçamento familiar
INE	Instituto Nacional de Estatística
IRDF	Inquérito às receitas e despesas das famílias
MADER	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
MAE	Ministério da Administração Estatal
MPF	Ministério do Plano e Finanças
PA	Posto Administrativo
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRM	Polícia da República de Moçambique
TDM	Telecomunicações de Moçambique
PSAA	Pequeno Sistema de Abastecimento de Água

1 Breve Caracterização do Distrito

1.1 Localização, Superfície e População

O distrito de Mágoe, localiza-se no Sudoeste da província de Tete, limitando-se a Norte com os Distritos de Zumbo e Marávia a Este e Sul com a República do Zimbabwe e a Este com o Distrito de Cahora Bassa.

Com uma superfície¹ de 8.792 km² e uma população recenseada em 1997 de 41.354 habitantes e estimada, à data de 1/1/2005, em 62.386 habitantes, o distrito de Magoè tem uma densidade populacional de 7.1 hab/km².

A relação de dependência económica potencial é de aproximadamente 1:0.9, isto é, por cada 10 crianças ou anciões existem 9 pessoas em idade activa.

A população é jovem (49%, abaixo dos 15 anos de idade), maioritariamente feminina (taxa de masculinidade de 48%) e de matriz marcadamente rural

1.2 Clima, Relevo e Solos



O clima é predominantemente do tipo “Seco de Estepe com Inverno Seco - BSw” (classificação de Köppen), com duas estações distintas, a estação chuvosa (muito curta) e a seca (muito longa).

A precipitação média anual na estação mais próxima (Chicôa) é cerca de 635 mm, enquanto a evapotranspiração potencial média anual está na ordem de 1.623 mm. A maior queda pluviométrica ocorre sobretudo no período compreendido entre Dezembro de um ano a Fevereiro do ano seguinte, variando significativamente na quantidade e distribuição, quer durante o ano, quer de ano para ano, e a temperatura média está na ordem dos 26.1°C. As médias anuais máxima e mínima são de 34.1 e 18.1°C, respectivamente.

Geomorfologicamente o distrito ocorre parcialmente na Bacia Sedimentar compreendendo sedimentos do Cretácico Superior e Karroo inferior complementados ainda rochas extrusivas do Karroo Superior, dando origem a terrenos predominantemente colinosos e solos argilosos castanho-avermelhados, caracterizados pela presença de afloramentos de

Magoè



rochas sedimentares do Karroo, Cretácio ou Terciário. É comum a ocorrência de solos aluvionares ao longo dos cursos de água, por exemplo, no rio Mukumbura.

1.3 Infra-estruturas

O distrito é servido por estradas terciárias de terra batida numa extensão de 211 Km. Embora não tenham sido reabilitadas, todas elas estão em condições aceitáveis, excepto na época das chuvas em que ficam intransitáveis.

O distrito dispõe de comunicações via rádio. Durante os últimos quatro anos foram abertos 58 poços e 26 furos.

Em Mágoè existem três furos em funcionamento, reabilitados/construídos pela Água Rural, cada um deles com uma bomba manual. Uma nascente e o rio são também fontes de água para as famílias, que funcionam igualmente com bombas manuais da Água Rural. A população de uma das localidades (Mussenguezi) tem que percorrer a pé cerca de 6 Km até à fonte de água mais próxima.

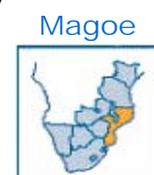
Foi construída uma extensão de energia eléctrica a partir do grupo gerador no PA de Mucumbura, cujas obras estão praticamente concluídas. O distrito possui neste momento um grupo gerador na Sede e mais 6 pequenos sistemas, dos quais 4 privados e 2 estatais. O gerador da Vila sede abastece de energia eléctrica 25 consumidores.

O distrito possui 30 escolas (das quais, 26 do ensino primário nível 1), e está servido por 7 unidades sanitárias, que possibilitam o acesso progressivo da população aos serviços do Sistema Nacional de Saúde, apesar de a um nível bastante insuficiente como se conclui dos seguintes índices de cobertura média:

- Uma unidade sanitária por cada 8 mil pessoas;
- Uma cama por 1.900 habitantes; e
- Um profissional técnico para cada 1.900 residentes no distrito.

Apesar dos esforços realizados, importa reter que o estado geral de conservação e manutenção das infra-estruturas não é suficiente, sendo de realçar a rede de bombas de água a necessitar de manutenção, bem como a rede de estradas e pontes que, na época das chuvas, tem problemas de transitibilidade.

¹ Direcção Nacional de Terras CADASTRO NACIONAL DE TERRAS <http://www.dinageca.gov.mz/dnt/>



1.4 Economia e Serviços

A agricultura é a actividade dominante e envolve quase todos os agregados familiares. Dos 855 mil hectares da superfície do distrito, estima-se ² em 400 mil hectares o potencial de terra arável deste distrito, dos quais só 15 mil são explorados pelo sector familiar (2% do distrito). Existem conflitos de terra no distrito de Mágoè, principalmente ao longo da fronteira com o Zimbabwe.

O regresso das pessoas às suas zonas de origem ou de preferência, tem gerado conflitos pela posse e uso da terra, para cuja solução e moderação, tem contribuído a Administração e a DADR (Serviços de Geografia e Cadastro) em coordenação com anciões locais influentes.

De um modo geral, a agricultura é praticada manualmente em pequenas explorações familiares em regime de consociação de culturas com base em variedades locais.

A produção agrícola é feita predominantemente em condições de sequeiro, nem sempre bem sucedida, uma vez que o risco de perda das colheitas é alto, dada a baixa capacidade de armazenamento de humidade no solo durante o período de crescimento das culturas.

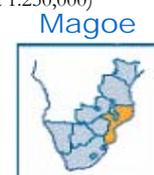
Devido à grande variação na data de início do período de crescimento e, portanto, na data de sementeira, e dado que o período de crescimento é de pequena duração, os camponeses recorrem ao uso de variedades de ciclo curto.

Algumas famílias empregam métodos tradicionais de fertilização dos solos como o pousio das terras, a incorporação no solo de restolhos de plantas, estrume ou cinzas. Para além das questões climáticas, os principais constrangimentos à produção são as pragas, a seca, a falta ou insuficiência de sementes e pesticidas.

O sistema de produção mais dominante compreende mapira/mexoeira. O milho é produzido em consociação com feijão nhemba em solos com boas capacidades de retenção de humidade e em micro-climas específicos. Observa-se ainda o domínio de criação do gado caprino bovino e aves.

Somente em 2003, após o período de seca e estiagem que se seguiu e a reabilitação de algumas infra-estruturas, se reiniciou timidamente a exploração agrícola do distrito e a recuperação dos níveis de produção.

² Conforme JVA Cenacarta-IGN France International, Estatísticas de Uso e Cobertura da Terra, Nov. 1999 (escala 1:250,000)



O fomento pecuário no distrito tem sido fraco. Porém, dada a tradição na criação de gado e algumas infra-estruturas existentes, verificou-se um crescimento do efectivo bovino de 4 mil cabeças em 2000, para cerca de 7 mil em 2004.

Dada a existência de boas áreas de pastagem, há condições para o desenvolvimento da pecuária, sendo as doenças e a falta de fundos e de serviços de extensão, os principais obstáculos ao seu desenvolvimento.

A lenha é a fonte de energia mais utilizada para a confecção de alimentos. Espécies como o mopane, micaias e pau-ferro são a principal fonte local de energia e de madeira de construção.

Nos PA's de Mphende e Mucumbura predominam as maçaniqueiras e o baobab, vulgo mulambe e em Chintopo a Ntsanha, a Chanfuta e o pau-preto.

O baobab é uma árvore cujo aproveitamento é total; o seu tronco constitui importante matéria-prima para o fabrico de papel. As suas folhas e frutos servem de alimento e medicamento para doenças como diabetes e hipertensão

Frutos frescos tais como maçanicas, mbondes, nozes, bananas, mangas e papaias são produzidos e consumidos pela população local.

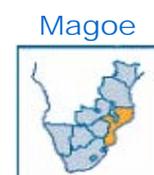
A maçanica, para além de ser consumida seca, é comercializada tanto fresca como seca, e usada no fabrico de aguardente.

A falta de sementes, a seca, a insuficiente qualidade da terra são questões que impedem um maior aproveitamento desta potencialidade.

A caça e a pesca são também recursos de que o distrito dispõe para enriquecimento da dieta das famílias. As gazelas, cudos, búfalos, impalas, javalis e o cabrito montês são os animais mais caçados e importantes na dieta.

A pequena indústria local (pesca, carpintaria e artesanato) surge como alternativa à actividade agrícola, ou prolongamento da sua actividade.

Funcionaram no distrito 21 pequenas indústrias moageiras, das quais 7 são propriedade da comunidade, como resultado da conservação de recursos naturais sustentáveis, no âmbito do Projecto "Tchuma-Tchato".



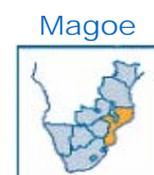
O distrito conta com 45 cantinas rurais, contra 39 em relação ao ano anterior. Apesar da falta de produtos no vizinho Zimbabué, a Polícia da Guarda Fronteira fiscalizou 324 viaturas, tendo sido confiscados vários produtos alimentícios e bens materiais, posteriormente encaminhados para as alfândegas.

Durante o período em análise foram recenseadas as bancas e cantinas existentes, em número de 54, assim distribuídas: 16 em Mphende-sede, 16 em Daque, 4 em Cazindira, 4 em Mucumbura e 10 em Chintopo.

Nas áreas sob controlo do programa do “Tchuma-Tchato” operam 3 empresas, nomeadamente: África Hunt Safari, Thuvi Safari e Moçambique Safari que têm contribuído sobremaneira para o desenvolvimento das comunidades e melhoramento das condições de vida das populações do distrito, através dos rendimentos de recursos naturais compartilhados entre o sector privado, comunidades e Governo.

A actividade turística tende a crescer mercê do potencial faunístico que o distrito de Mágoè possui.

O distrito não dispõe de um sistema formal de crédito e não está representada em Mágoè nenhuma instituição bancária.



2 História, Política e Sociedade Civil

Grande parte da população de Mágoè pertence à etnia M'tawara, encontrando-se distribuída pelos Postos Administrativos de Mphende-sede, Mucumbura e Chintopo.

As línguas mais faladas são o Chona, nas zonas fronteiriças, e o Nhúnguè ao longo da albufeira de Cahora-Bassa.

A cultura expressa exactamente o quão é importante a tradição do povo de Mágoè. Possuem danças milenares, tais como, o NHAU, MAFUE, BENDI e GOTECA. A família rural é, em média, composta por 5 membros.

O regime alimentar é baseado no elevado consumo de hidratos de carbono, obtidos a partir da farinha de milho/mapira/mexoeira, que é acompanhada de quiabo, feijão manteiga e nhemba, verduras, peixe e carne.

Exceptuando-se as sedes dos PA's, a maioria da população vive em habitações de construção precária. Esta habitação é de pau-a-pique coberta de capim, com uma única divisão.



A *liderança tradicional* é assegurada pelos seguintes representantes do poder ao nível da comunidade:

- Régulos e Secretários de Bairros;
 - Chefes de Grupos de Povoações;
 - Chefe da Povoação;
 - Chingore;
- Outras personalidades na comunidade respeitadas e legitimadas pelo seu papel social, cultural, económico e religioso.

Na liderança tradicional existe uma espécie de divisão de trabalho e de funções entre os diferentes líderes das comunidades. Assim, os Secretários têm hoje como função principal a mobilização da comunidade para as tarefas sociais e económicas. Os líderes tradicionais tratam principalmente dos aspectos tradicionais, tais como, cerimónias, ritos e conflitos sociais.

No âmbito da implementação do Decreto 15/2000 sobre as autoridades comunitárias de 1ª e 2ª linhas (régulos, chefes de terras e secretários de bairro), de acordo com as entidades

Magoe



provinciais e distritais, foi levado a cabo um trabalho de divulgação do mesmo em todos os Postos Administrativos, Localidades, Aldeias e Povoações, tendo sido envolvidas todas as camadas sociais.

Líderes Comunitários						Total
Legitimados				Total	Reconhecidos	
	1º Escalão	2º Escalão	3º Escalão		1º Escalão	
Total	7	22	67	96	6	102

A relação entre a Administração do Distrito e as Autoridades Comunitárias é positiva e tem contribuído para a solução dos vários problemas locais, nomeadamente os surgidos devido aos conflitos de terras existentes no distrito e outros que caem no âmbito das suas competências, nomeadamente:

- Colaboração na manutenção da Paz e harmonia social;
- Articulação com os tribunais comunitários na resolução de conflitos de natureza civil, tomando em conta os usos e costumes locais;
- Mobilização e organização das populações para construção e manutenção de fontes de abastecimento de água e aumento da área de produção;
- Mobilização das comunidades locais na manutenção das vias de acesso, locais sagrados e construção de latrinas melhoradas;
- Educação cívica das comunidades sobre o uso sustentável e gestão de recursos naturais, incluindo a prevenção das queimadas descontroladas e caça ilegal;
- Mobilização e organização das populações para o pagamento do Imposto de Reconstrução Nacional;
- Mobilização dos pais e encarregados de educação para mandarem os seus filhos à escola, principalmente as raparigas; e
- Divulgação das Leis, deliberação dos Órgãos Locais do estado e outras informações úteis à comunidade.

Através dos líderes comunitários, as populações têm-se envolvido na busca de soluções para os problemas existentes, nomeadamente, no combate à criminalidade, em colaboração com a Polícia Comunitária, através da apreensão e denúncia de delinquentes; no combate ao cultivo, consumo e comercialização de estupefacientes (suruma); na abertura de vias de

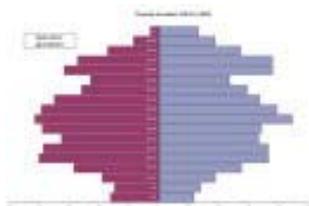


acesso; na confecção de tijolos no âmbito do programa de “*comida por trabalho*” e na abertura de poços comunitários usando material convencional ou local.

A *religião* dominante é a Sião/Zione, praticada pela maioria da população do distrito. Existem outras crenças no distrito, sendo prática corrente que os representantes das hierarquias religiosa se envolvam, em coordenação com as autoridades distritais, em várias actividades de índole social.



3 Demografia



O distrito tem uma superfície de 8.792 km² e uma população, à data de 1/1/2005, de 62 mil habitantes. Com uma densidade populacional de 7 hab/km², estima-se que o distrito atinja, em 2010, os 57 mil habitantes.

3.1 Estrutura etária e por sexo

Com uma população jovem (49%, abaixo dos 15 anos) e um índice de masculinidade de 48%, tem uma matriz marcadamente rural. A estrutura etária reflecte uma relação de dependência 1:0,9, isto é, por cada 10 crianças ou anciões existem 9 pessoas em idade activa.

TABELA 1: População por posto administrativo, idade e sexo, 1/1/2005

	TOTAL	Grupos etários				
		0 - 4	5 - 14	15 - 44	45 - 64	65 e mais
DISTRITO DE MÁGOE	52,386	8,893	16,631	19,420	5,157	2,286
Homens	24,959	4,353	8,226	8,850	2,294	1,236
Mulheres	27,427	4,540	8,405	10,570	2,863	1,050
P.A. de MPHEENDE	12,464	2,298	3,985	4,701	1,064	416
Homens	5,965	1,106	1,970	2,189	474	225
Mulheres	6,499	1,192	2,015	2,512	589	191
P.A. de CHINTHOPO	22,439	3,880	6,903	8,028	2,392	1,236
Homens	10,616	1,870	3,416	3,620	1,042	668
Mulheres	11,822	2,010	3,487	4,408	1,350	568
P.A. de MUKUMBURA	17,484	2,715	5,743	6,691	1,701	634
Homens	8,378	1,377	2,840	3,042	777	343
Mulheres	9,106	1,338	2,903	3,649	924	292

Fonte: Estimativa da MÉTIER, na base do INE, Dados do Censo de 1997.

3.2 Traço sociológico

Das 11.500 famílias do distrito, a maioria é do tipo sociológico nuclear com filhos (44%) e têm, em média, 3 a 5 membros.

TABELA 2: Agregados, segundo a dimensão e o tipo sociológico

% de agregados, por dimensão			Média de pessoas, por agregado		
1 - 2	3 - 5	6 e mais	TOTAL	< 15 anos	≥ 15 anos
21.1%	45.0%	33.9%	4.6	2.2	2.3
Tipo Sociológico de Agregado Familiar					
Unipessoal	Monoparental ⁽¹⁾		Nuclear		Alargado ⁽²⁾
	Masculino	Feminino	Com filhos	Sem filhos	
8.8%	1.3%	15.4%	43.8%	6.3%	24.4%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

1) Família com um dos pais.

2) Família nuclear ou monoparental com ou sem filhos e um ou mais parentes.

Magoé



Na sua maioria casados, após os 12 anos de idade, têm forte crença religiosa, dominada pela religião Sião ou Zione.

TABELA 3: População, segundo o estado civil e a crença religiosa

Com < 12 anos	Com 12 anos ou mais, por Estado civil				
	Total	Solteiro	Casado ou união	Separado/ Divorciado	Viuvo
39.8%	60.2%	21.6%	33.4%	1.7%	3.5%
Com Crença Religiosa					
Total	Católica	Zione	Evangélica	Jeová	Outra
100,0%	30.3%	33.9%	8.1%	0.7%	27.7%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

3.3 Línguas faladas

Tendo por língua materna dominante o *Cinyungwè*, 77% da população do distrito com 5 ou mais anos de idade não sabem português, sendo o seu conhecimento preferencial nos homens, dada a maior inserção na vida social e escolar e no mercado de trabalho.

TABELA 4: População, consoante o conhecimento de Português

	Sabe falar Português			Não sabe falar Português		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
DISTRITO DE MÁGOE	22.9%	14.7%	8.2%	77.1%	35.3%	41.8%
5 - 9 anos	1.6%	0.8%	0.8%	18.4%	8.9%	9.5%
10 - 14 anos	5.8%	3.2%	2.6%	12.5%	6.1%	6.4%
15 - 19 anos	4.5%	2.6%	1.9%	8.1%	4.0%	4.2%
20 - 44 anos	9.5%	6.7%	2.8%	22.5%	9.7%	12.8%
45 anos e mais	1.5%	1.3%	0.2%	15.6%	6.8%	8.8%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

3.4 Analfabetismo e Escolarização

Com 72% da população analfabeta, predominantemente mulheres, a taxa de escolarização no distrito é baixa, constatando-se que somente 34% dos habitantes³ frequentam ou já frequentaram a escola.

TABELA 5: População, por condição de alfabetização, 1997

	Taxa de analfabetismo		
	TOTAL	Homens	Mulheres
DISTRITO DE MÁGOE	72.3%	61.9%	81.7%
5 - 9	92.6%	92.1%	93.2%
10 - 14	62.4%	59.1%	65.8%
15 - 44	61.4%	43.4%	76.4%
45 e mais	87.6%	75.4%	98.6%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

³ Com 5 ou mais anos de idade.



4 Habitação e Condições de Vida

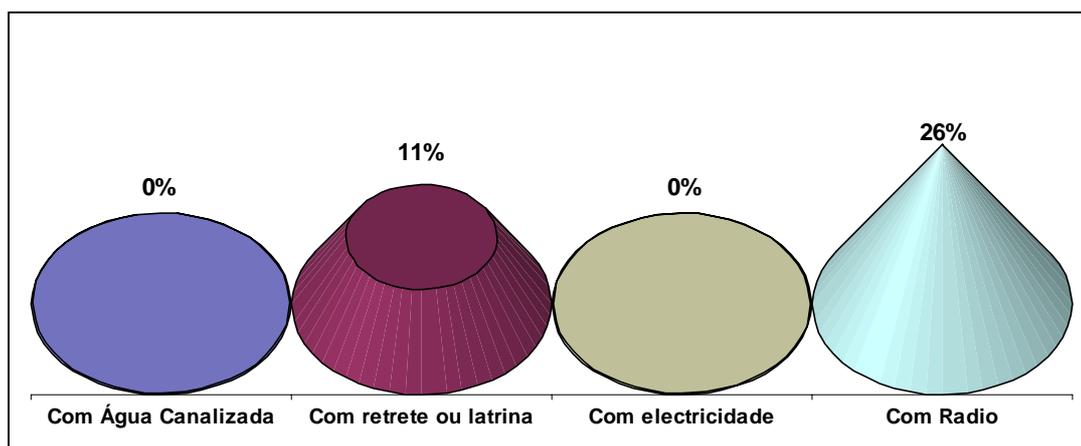


O tipo de habitação modal do distrito é “*a palhota, com pavimento de terra batida, tecto de capim ou colmo e paredes de caniço ou paus*”.

Em relação a outras utilidades, o padrão dominante é o de famílias “*sem rádio e electricidade, dispondo de uma bicicleta em cada seis famílias, e vivendo em palhotas sem latrina e água colhida directamente em poços ou furos ou do*

rio ou lago”.

FIGURA 1: Famílias, por condições básicas de vida



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

TABELA 6: Famílias, tipo de casa e condições básicas de vida

CONDIÇÕES BÁSICAS EXISTENTES	TIPO DE HABITAÇÃO							
	TOTAL		Moradia ou Apartamento		Casa de madeira e zinco		Palhota ou casa precária	
	Casas	Pessoas	Casas	Pessoas	Casas	Pessoas	Casas	Pessoas
Com Água Canalizada	0%	0%	3%	4%	0%	0%	0%	0%
Com retrete ou latrina	11%	12%	59%	52%	17%	27%	11%	12%
Com electricidade	0%	0%	2%	2%	0%	0%	0%	0%
Com Radio	26%	29%	71%	71%	17%	27%	26%	29%

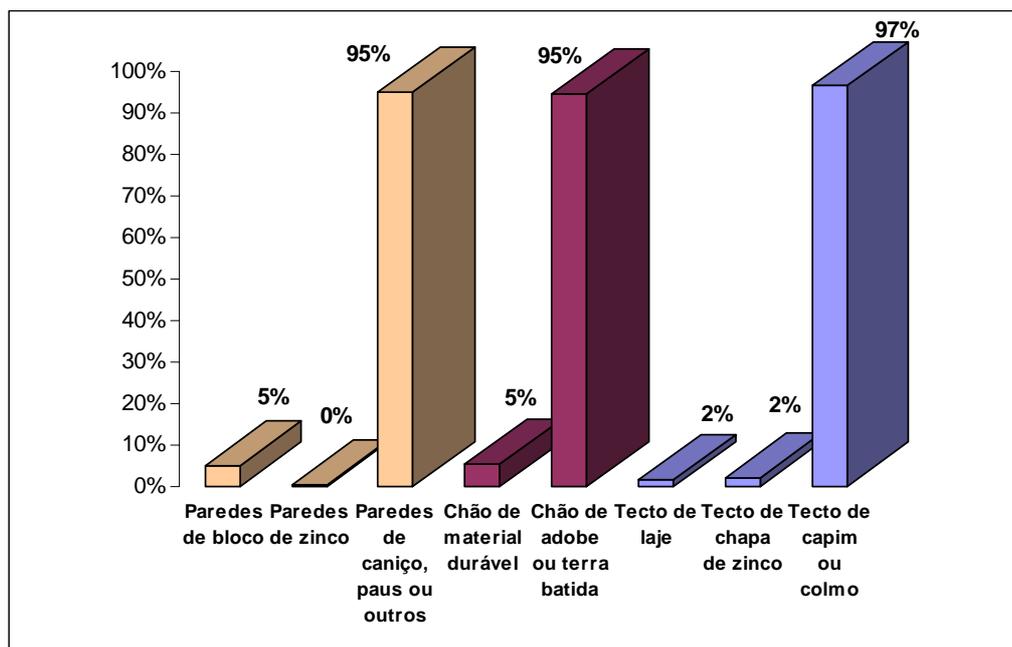
Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

No que diz respeito às paredes, pavimento e tecto, o material de construção dominante é, respectivamente o caniço ou paus, a terra batida e o capim ou colmo.

Magoe



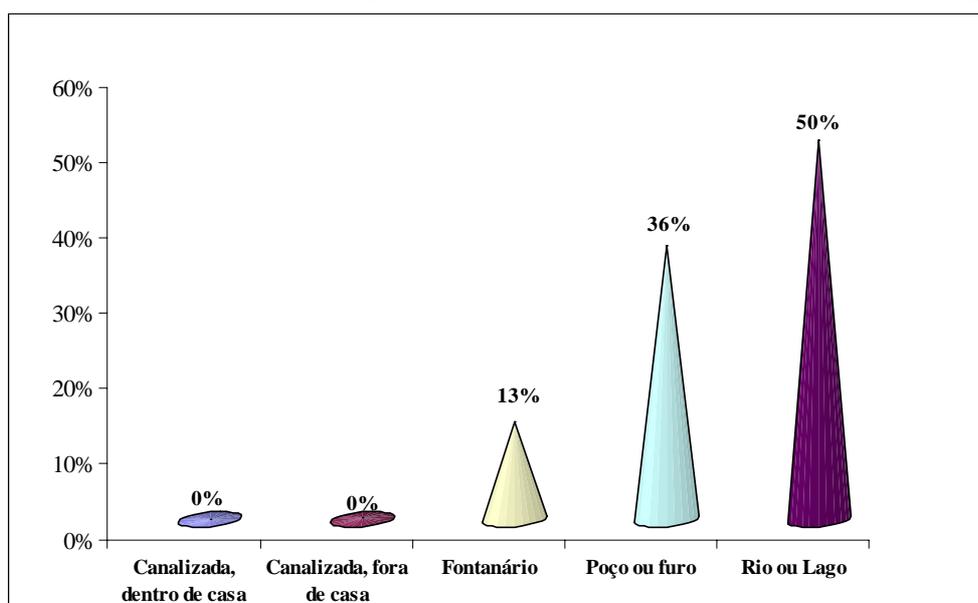
FIGURA 2: Habitações, por tipo de materiais usados



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

Em particular, no que concerne às fontes de abastecimento de água, verifica-se que na sua maioria a população do distrito é abastecida por poços e furos (36%) ou recorre directamente aos rios ou lagos (50%). Os pequenos sistemas de fontanários e de canalização, na sua maioria fora de casa, cobrem 13% das habitações, concentrados em magoè no PA de Mpheende.

FIGURA 3: Habitações, segundo a fonte de abastecimento de água



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.



5 Organização Administrativa e Governação

O distrito tem três Postos Administrativos: Mapheende, Chinhopo e Mukumbura que, por sua vez, estão subdivididos em 6 Localidades.

MAPHEENDE
MAPHEENDE - SEDE
DAQUE
CHINHOPO
CHINTHOPO-SEDE
CHITETE
MUSSENGUEZI
MUKUMBURA
MUKUMBURA-SEDE

5.1 Governo Distrital



O Governo Distrital, dirigido pelo Administrador de Distrito, está estruturado nos seguintes níveis de direcção e coordenação:

- Gabinete do Administrador, Administração e Secretaria;
- Direcção Distrital da Agricultura e Desenvolvimento Rural;
- Direcção Distrital da Educação;
- Delegação do Registo Civil e Notariado;
- Comando Distrital da PRM.

Com um total de 31 funcionários (dos quais, 3 são mulheres), apresenta a seguinte distribuição por categorias profissionais:

■ Técnicos Médios	1
■ Assistentes Técnicos	6
■ Operários, Auxiliares Administrativos e Agentes de Serviço	8
■ Pessoal auxiliar	16

No que respeita à situação dos imóveis há a salientar que os edifícios da Secretaria da Administração do Distrito, do Posto Administrativo de Mucumbura e 9 casas de funcionários da Administração necessitam de reabilitação.

O Bloco Administrativo da Educação precisa igualmente de ser reabilitado, estando as obras de reabilitação do Centro Internato em fase conclusiva.

Magoe



A residência do Chefe do PA de Mucumbura e a Secretaria do PA de Chintopo vão ter que ser demolidas devido à má qualidade do trabalho de construção. Daí haver necessidade de alocar fundos para a construção de novas infra-estruturas em 2004.

Construções

Saúde

- 1 Direcção Distrital da Saúde e 3 residências;

Educação

- Construídos 12 edifícios
- Reabilitadas 6 residências (residência do Director, escolas completas, Centro internato de Mágoè e as E.S de Mágoè);

Agricultura

- 1 Direcção Distrital
- 1 residência do Director (reabilitada).

Equipamento

Foi alocada maquinaria para a manutenção da via de acesso de Daque a Mucumbura, numa extensão de 90Km, obras realizadas pela empresa ECMEP.

As comunidades beneficiárias do programa “Tchuma-Tchato” adquiriram 2 tractores em 2ª mão para apoio aos projectos de desenvolvimento comunitário.

Meios de Transporte

Saúde

- 1 ambulância;
- 1 viatura de caixa aberta;
- 2 motorizadas.

Educação

- 2 motorizadas

Administração

- 2 motorizadas (Mucumbura e Chintopo)

O sistema de governação vigente é baseado no Conselho Executivo. Em resultado da aprovação das Leis 6/78 e 7/78, este substituiu a Câmara Municipal local que era dirigida pelo Administrador do Distrito, por acumulação de funções, por força do artigo 491 da Reforma Administrativa Ultramarina (RAU).



O Conselho Executivo local é um órgão distinto do Aparelho do Estado no escalão correspondente, com as seguintes funções:

- Dirigir as tarefas políticas do Estado, bem como as de carácter económico, social e cultural.
- Dirigir, coordenar e controlar o funcionamento dos órgãos do Aparelho do Estado.

O Conselho Executivo é dirigido por um Presidente, que geralmente por acumulação de funções é o Administrador do Distrito, o qual é nomeado pelo Ministro da Administração Estatal.

Ao nível do distrito o Aparelho do Estado é constituído pela Administração do Distrito e restantes direcções e sectores distritais. O Administrador por sua vez responde perante o Governo Provincial e Central, pelos vários sectores de actividades do Distrito organizados em Direcções e Sectores Distritais.

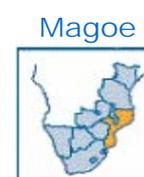
A governação tem por base os Presidentes das Localidades, Autoridades Comunitárias e Tradicionais. Os Presidentes das Localidades são representantes da Administração e subordinam-se ao Chefe do Posto Administrativo e, conseqüentemente, ao Administrador Distrital, sendo coadjuvados pelos Chefes de Aldeias, Secretários de Bairros, Chefes de Quarteirões e Chefes de Blocos.

As instituições do distrito operam com base nas normas de funcionamento dos serviços da Administração Pública, aprovadas pelo Decreto 30/2001 de 15 de Outubro, do Conselho de Ministros, publicado no Boletim da república nº 41, I Série, Suplemento.

A actividade do governo distrital segue uma abordagem essencialmente empírica e de contacto com a comunidade. Importa que esta prática venha a ser sistematizada em sistemas de planificação e controlo regulares e fiáveis, bem como seja baseada numa visão estratégica que oriente o planeamento anual e faça convergir de forma eficaz os esforços sectoriais.

5.2 Reforma do sector público

O Decreto 30/2001 de 15 de Outubro, sobre a Reforma do Sector Público, está a ser implementado no distrito. Com efeito, este instrumento foi objecto de estudo pelos funcionários do Estado, de modo a garantir a sua correcta implementação pelos sectores.



Neste sentido, foram já emitidos crachás de identificação para os funcionários da Administração do Distrito e das Direcções do Governo Distrital.

5.3 Síntese dos resultados da actividade dos órgãos distritais

Nesta secção, sem pretender ser exaustivo e transcrever o rol de funções oficiais dos Governos Distritais aprovadas e publicadas oficialmente, focam-se as principais actividades de intervenção pública directa que contribuem para o desenvolvimento do distrito.

A base de desenvolvimento da economia do distrito é a agricultura e o turismo. Refira-se o Programa “Tchuma-Tchato” no qual operam 3 operadoras de Safaris, havendo ainda a destacar a pesca artesanal e semi-industrial da capenta.

No âmbito do combate à erosão foi construída uma vala de drenagem na sede e plantadas árvores de sombra na Vila da sede em todas as artérias e no mercado municipal.

Existem conflitos de terra no distrito de Mágoè, principalmente ao longo da fronteira com o Zimbabwe. Com uma superfície estimada em 855 mil ha, apenas 5.748 ha estão cultivados com milho, mapira, meixoeira, amendoim e feijão.

Neste sentido, o Governo mobilizou a população para o aproveitamento das zonas baixas, com vista à produção de 2ª época de variedades precoces e resistentes à seca.

518 famílias camponesas beneficiaram da distribuição de estacas de mandiqueira e rama de batata-doce de polpa alaranjada trazidas de Angónia.

Foram implementados 28 pequenos sistemas de cegonha e construídas 3 pequenas represas para abeberamento do gado e rega.

Tendo em vista que a cultura do algodão é tolerante à seca, o Conselho Executivo Distrital mobilizou os produtores no sentido de colherem e comercializarem o algodão para, com o dinheiro daí resultante, poderem adquirir comida.

Os produtores de algodão estão a aderir em grande número à comercialização, atraídos pela estabilidade do metical. Até à data foram comercializados 583.304Kg de algodão.

Sempre que podem e quando se verifica a falta de produtos no distrito, algumas pessoas compram-nos em Tete e também do outro lado da fronteira.



Foram tomadas medidas com vista à retirada das populações das zonas baixas para as zonas altas, à mobilização da população para o uso e aproveitamento das zonas baixas para a produção de culturas de 2ª época; introdução de culturas tolerantes a seca; construção de pequenas represas com material local e implementação de sistemas de cegonha.

As actividades desenvolvidas por esses funcionários estão voltadas para o desenvolvimento socio-económico do distrito, nomeadamente, apoio e assistência aos PA's e Localidades; auscultação dos problemas da população e garantia do funcionamento das instituições do Estado e Conselho Executivo; cumprimento do programa quinquenal do governo; atendimento ao público; recepção e protocolo das visitas; garantia do processamento de salários; cobrança de receitas e execução do OGE; garantia do funcionamento do grupo gerador da sede do distrito e PA de Mucumbura; garantia da comunicação dentro e fora do distrito; dactilografia e envio de documentos.

Impacto destas realizações

- Aumento da participação da rapariga na escola, nomeadamente: 49% no EP1; 38% no EP2 e 23% no ESG;
- Construção de 3 pequenas represas no âmbito de programas de “comida pelo trabalho”;
- Construção de 28 pequenos sistemas de cegonha para rega das hortas;
- Distribuição de estacas de mandioqueira e de rama de batata-doce por 518 famílias;
- Criação de um campo de multiplicação de estacas de mandioqueira, com vista à sua expansão no distrito;
- Construção de 12 salas de aulas com tijolos queimados e cobertas com material local;
- Plantação de 1.000 árvores de sombra na Sede do distrito e dos Postos Administrativos;
- Participação massiva dos produtores de algodão na comercialização;
- Introdução do lanche escolar em Mucumbura;
- Reparação de troços de estradas vicinais que ligam as sedes dos Postos às Localidades e Comunidades;
- Distribuição de víveres às populações mais vulneráveis.



No âmbito da conservação dos recursos naturais, o distrito beneficia de um programa de manejo, o programa “Tchuma-Tchato”, que incorpora 3 unidades de conservação com participação comunitária, sediadas em Bawa, Mussenguezi e Daque.

As referidas unidades empregam 68 fiscais comunitários, tendo ao longo do período em análise realizado as seguintes actividades:

- Fiscalização e controlo das empresas safaristas e pescadores artesanais;
- Controle da entrada de 23 turistas de caça desportiva;
- Controle das quotas de animais distribuídas às empresas de safaris para abate;
- Realização de 220 patrulhas de fiscalização, incluindo a defesa de pessoas e bens.
- Identificação de áreas onde se concentra o maior número de espécies faunísticas e respectivos corredores, para sua melhor defesa;
- Reactivação de 16 Conselhos Comunitários de conservação dos recursos naturais.

5.3.1 Obras Públicas e Habitação

- Reabilitação e colocação de uma bomba manual na fonte de Nhacacóndua na sede do distrito;
- Aberta uma fonte de água pela brigada da Água Rural, cuja bomba se encontra avariada;
- Reparados 178Km de estrada em Mucumbura, da sede aos povoados;
- Aberto um poço em Canhole;
- Realizada a manutenção da pista de aterragem na sede do distrito;
- Abertos 5 poços de água nos povoados de Mahanda (2), Nhacaturi (1) Matimbe (1) e Cassanga (1).

5.3.2 Educação e Saúde

O investimento no sector tem estado a crescer, elevando para 30 o número de escolas em 2003 (26 do ensino primário nível 1, 3 do nível 2 e uma do ensino secundário geral), que são frequentadas por cerca de 8 mil estudantes ensinados por 197 professores.

O distrito está dotado de 2 Centros de saúde de nível I, 4 do nível II/III e 1 Posto de saúde, com um total de 31 camas e 30 técnicos e assistentes de saúde.



O crescimento da rede escolar e de saúde desde 2000 e a melhoria do atendimento do pessoal têm permitido aumentar o acesso da população aos serviços do Sistema Nacional de Educação e da Saúde que, porém, está ainda a um nível bastante insuficiente.

5.3.3 Cultura, Juventude e Desporto

Na área da cultura existem vários grupos que praticam diverso tipo de danças e cânticos típicos de toda a região.

No concernente à juventude, destaca-se a existência de grupos activistas e associações juvenis que se dedicam a motivar boas práticas entre os seus concidadãos.

Têm sido promovidas várias actividades, nomeadamente a participação no II Festival Nacional de Dança Popular, o fomento do associativismo juvenil e de grupos culturais, bem como o apoio ao desenvolvimento das artes plásticas, em particular a escultura.

5.3.4 Mulher e Coordenação da Acção Social

Nesta área o Governo Distrital tem promovido a integração e assistência social a pessoas, famílias e grupos sociais em situação de pobreza absoluta, dando prioridade à criança órfã, mulher viúva, idosos e deficientes, doentes crónicos e portadores do HIV-SIDA, reclusos, tóxico-dependentes, regressados e refugiados.

A acção nesta área tem sido coordenada com as organizações não governamentais, associações e sociedade civil, promovendo a criação de igualdade de oportunidades e de direitos entre homem e mulher em todos aspectos de vida social e económica, bem como a integração no mercado de trabalho, processos de geração de rendimentos e vida escolar.

Apesar dos esforços desenvolvidos, são ainda bem patentes no distrito os efeitos da pobreza, calamidades naturais e da guerra que assolou Moçambique nas últimas décadas.

5.3.5 Justiça, Ordem e Segurança pública

Os serviços de justiça no distrito estão representados por um conservador e uma conservatória do registo civil e por um assistente técnico.



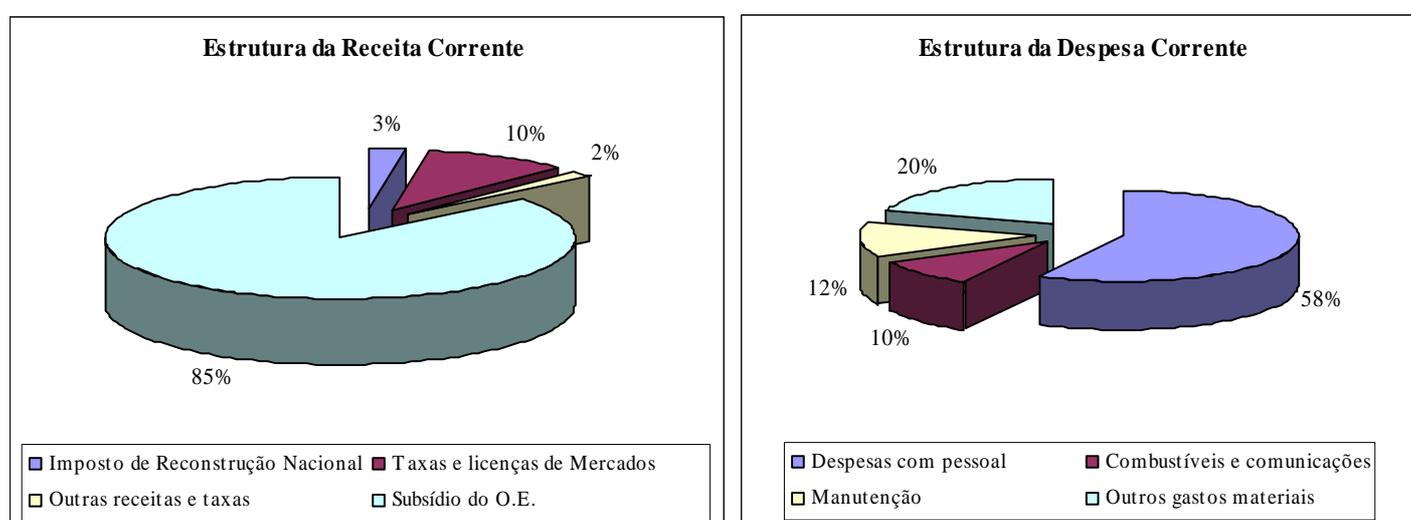
As preocupações com questões de segurança e ordem pública são mínimas, não existindo, actualmente, situações de risco de minas conhecidas neste distrito. Os assaltos, roubos e ofensas corporais são os crimes mais frequentes no distrito.

5.4 Finanças Públicas



A Administração do Distrito, sem inclusão das instituições subordinadas e unidades sociais, funcionou nos últimos anos com os seguintes níveis de receitas e despesas anuais.

FIGURA 4: Estrutura do orçamento distrital, 2004



Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial do Plano e Finanças

O nível de receita é manifestamente insuficiente ao cabal exercício das funções distritais. A despesa corrente do orçamento distrital em 2004 foi de 37 contos por habitante, isto é, cerca de 1.5 USD. Do lado da despesa, os gastos com pessoal absorvem mais de metade do orçamento corrente do distrito e, à excepção das cobranças de mercados e algumas receitas de serviços, turismo e urbanismo, o esforço fiscal distrital é muito baixo.

Quanto ao investimento com financiamento de base distrital, o seu montante é quase nulo, sendo quase todas as acções de investimento público planificadas e orçamentadas ao nível provincial, funcionando os principais sectores sociais com finanças geridas a este nível.

O distrito beneficiou de 6 projectos de investimento público, que culminaram no seguinte:

- Construção do mercado na Sede do distrito com fundos do projecto Tchuma-Tchato inaugurado em 2003;

-
- Construção de 2 blocos de 5 salas, 1 bloco administrativo e 2 residências para professores na sede do Posto Administrativo de Chintopo, sendo que estas obras transitaram para 2004;
 - Construção de 1 bloco com 3 salas em Cambototo e 2 residências para professores, com financiamento do INAS, mas cujas obras ainda não foram iniciadas.
 - Reabilitação do Centro internato (3ª fase) que compreendeu 1 bloco com 5 compartimentos, 2 casas e 2 latrinas;
 - Instalação da rede de energia eléctrica no PA de Mucumbura.

À governação distrital compete essencialmente a gestão corrente, fraccionada pela dispersão orçamental dos principais sectores sociais e de infra-estruturas, o que condiciona fortemente a sua actuação num esforço coordenado de desenvolvimento e integração.

5.5 Constrangimentos à acção do Governo Distrital

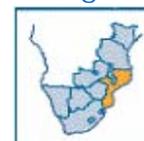
Face à situação financeira descrita, o Governo Distrital tem enfrentado vários constrangimentos à sua acção, de que se destacam os seguintes:

- Não alocação de fundos de investimentos para manutenção das vias de acesso;
- Falta de fundos de investimento para manutenção dos PS de Água e dos furos nas aldeias;
- Falta de infra-estruturas de educação e saúde para a população do distrito;
- Falta de viaturas para a Administração e de motorizadas para locomoção dos Chefes dos Postos Administrativos; e
- Ausência de um programa de construções para atender o crescimento do aparelho de estado.

As minas constituem ou constituíram, em algumas zonas identificadas, uma ameaça à segurança da população e ao desenvolvimento económico. A acção de desminagem em curso no país desde 1992, tem permitido diminuir o seu risco, sendo hoje a situação existente no país e neste distrito mais controlada e conhecida.

Face às restrições orçamentais existentes, tem sido essencial para a prossecução da actividade do Governo Distrital e para o progresso do distrito, o envolvimento consciente e participação comunitária, e o apoio do sector privado e de vários organismos internacionais que operam neste distrito.

Magoe



5.6 Participação comunitária

A participação comunitária tem sido essencial para suprir várias necessidades em matéria de construção, reabilitação e manutenção de infra-estruturas, nomeadamente estradas interiores, postos de saúde e escolas, bem como residências para professores e enfermeiros.

Para tal, o Governo Distrital tem estabelecido coordenação de acções com as ONG's, visando levar a efeito a reconstrução e construção de infra-estruturas com base em recursos locais e nos programas “comida pelo trabalho” financiados pelo PMA e pela Acção Agrária Alemã (AAA).

Para fazer face à estiagem que assolou o distrito, este sector controlou e realizou várias actividades no âmbito do programa de “comida pelo trabalho”, a saber:

- Construção de 7 blocos escolares e residências para professores;
- Construção de 3 pequenas represas;
- Manutenção de estradas terciárias que ligam os Postos Administrativos às Localidades e Povoados;
- Saneamento do meio e educação cívica;
- Levantamento exaustivo e abrangente dos grupos vulneráveis, em parceria com as organizações que operam no distrito, tendo sido apuradas 7.020 famílias (35.102 pessoas) carentes de comida;
- Distribuição de alimentos em dois processos: gratuita e no âmbito do programa de “comida pelo trabalho”.

5.7 Apoio do sector privado

A SASOL, no âmbito do programa de apoio para o desenvolvimento social em Inhambane, em complemento da construção do *pipeline* de exportação de gás dos campos de Temane e Panda, na província de Inhambane, procedeu ao fornecimento de 8 furos de água potável nos povoados de Nhanguenha, Tocolé, Pandzane, Nacwe, Mafalda, Maimane, Ndonga e Manjangue, bem como duma Rádio Comunitária em Nalazi.



5.8 Apoio externo

Na sua actuação, o Governo Distrital tem tido apoio de vários organismos de cooperação, que promovem programas sociais de assistência, protecção do ambiente e desenvolvimento rural, que desempenham um papel activo e importante no apoio à reconstrução e desenvolvimento locais, sendo de destacar a CARE no abastecimento de água rural, a ADRA e o PMA na distribuição de sementes, e a MSF-Bélgica no sector da saúde.



6 Posse e Uso da Terra ⁴



A informação deste capítulo tem por objectivo analisar os traços gerais que caracterizam a base agrária do distrito, de forma a permitir inferir sobre eventuais cenários de intervenção que reforcem o sector no contexto do processo de desenvolvimento distrital.

Apesar das reservas quanto à representatividade ao nível distrital dos dados do CAP, este capítulo permite avaliar os principais factores que fazem deste sector um veículo privilegiado de intervenção no desenvolvimento económico e social do país.

Referir-mo-nos, entre outros, ao facto de:

- Ser a actividade dominante em praticamente todo o distrito;
- Esta actividade fazer parte dos hábitos e costumes da população;
- A actividade ser praticada pela maioria dos agregados familiares do distrito;
- Constituir a maior fonte de emprego e de rendimento da população;
- As condições naturais permitirem a prática da actividade.

6.1 Posse da terra

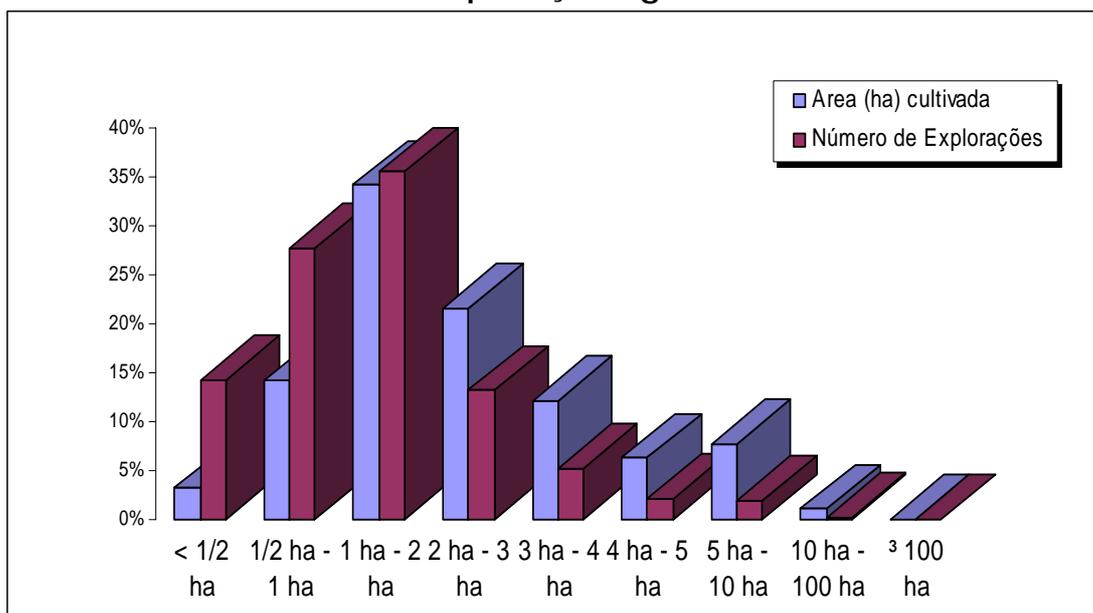
Este distrito possui cerca de 9 mil explorações agrícolas com uma área média é de 1 hectares. Com um grau de exploração familiar dominante, 42% das explorações do distrito têm menos de 1 hectare, ocupando somente 17% da área cultivada.

Este padrão desigual da distribuição das áreas fica evidente se referirmos que 30% da área cultivada pertence a somente 10% das explorações do distrito.

Na sua maioria os terrenos não estão titulados e, quando explorados em regime familiar, têm como responsável, em quase 80% dos casos, o homem da família.

⁴ Baseado em trabalho analítico da MÉTIER, suportado pelos dados do INE do Censo Agro-pecuário de 1999-2000. Apesar de se tratar de extrapolação s a partir duma amostra cuja representatividade ao nível distrital é baixa, considera-se que – do ponto de vista da análise da estrutura de uso e exploração da terra - os seus resultados são um bom retrato das características essenciais do distrito. Aconselha-se, pois, que mais do que os seus valores absolutos, este capítulo seja analisado tendo em vista absorver os principais aspectos estruturais da actividade agrária.

FIGURA 5: Estrutura de exploração agrária da terra



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Censo agro-pecuário, 1999-2000

No que respeita à posse da terra, quase 85% das 14 mil parcelas em que estão divididas as explorações são tradicionalmente pertença das famílias da região, sendo transmitidas por herança aos filhos, ou estão em regime de aluguer ou de concessão do estado a particulares e empresas privadas. As autoridades tradicionais e oficiais detêm 17% das parcelas agrícolas.

6.2 Trabalho agrícola

A estrutura de exploração agrícola do distrito reflecte a base alargada da economia familiar, constatando-se que 85% das explorações são cultivadas por 3 ou mais membros do agregado familiar.

Estas explorações estão divididas em cerca de 14 mil parcelas, 36% com menos de meio hectare e exploradas em metade dos casos por mulheres. De reter que, do total de agricultores, 37% são crianças menores de 10 anos de idade, de ambos os sexos.

6.3 Utilização económica do solo

6.3.1 Agricultura

A maioria da terra é explorada em regime de consociação de culturas alimentares, nomeadamente o milho, mandioca, feijão nhemba, amendoim e batata-doce.

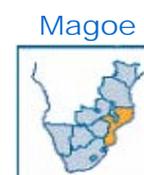
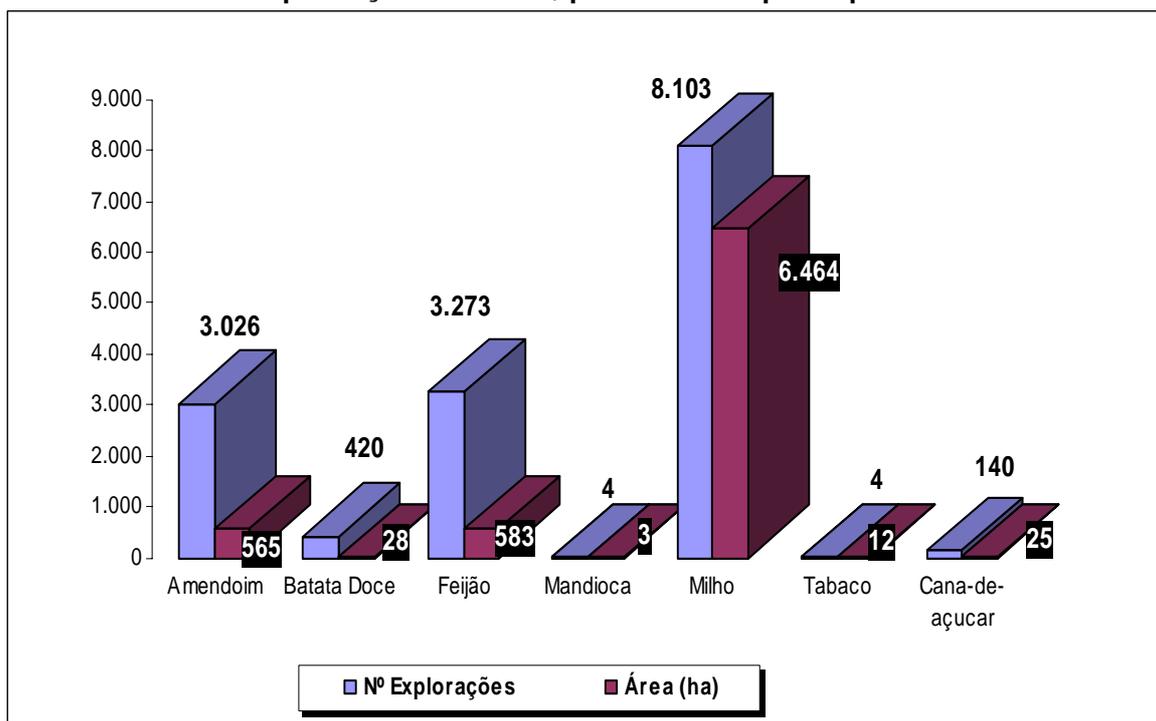


FIGURA 6: Explorações e área, por culturas principais



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Censo agro-pecuário, 1999-2000

Para além das culturas alimentares e de rendimento, o distrito tem um apreciável número de fruteiras.

6.3.2 Pecuária e Avicultura

No distrito existem cerca de 5 mil criadores de pecuária e mais de 6 mil de avicultura, a maior parte em regime familiar.

Os dados disponíveis apontam para uma estrutura de produção relativamente mercantilizada, em que o nível de vendas varia de 4% nos bovinos a 22% nos suínos, constituindo uma fonte de rendimento familiar importante.

6.3.3 Produção não agrícola

Constitui igualmente uma fonte importante de rendimento familiar. Deriva, essencialmente, da venda de madeira, lenha, caniço e carvão, bem como da actividade de caça, pesca e artesanal, efectuado por um conjunto de centenas de explorações familiares.

7 Educação



Com 72% da população analfabeta, predominantemente mulheres, a taxa de escolarização no distrito é baixa, constatando-se que somente 34% dos habitantes⁵ frequentam ou já frequentaram a escola primária.

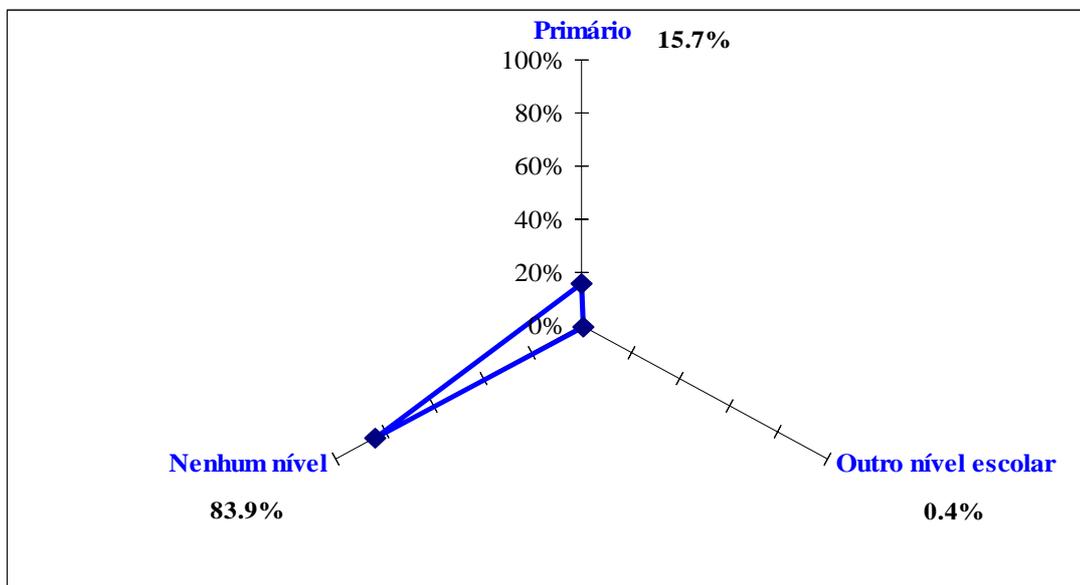
TABELA 7: População⁶, por condição de frequência escolar

	POPULAÇÃO QUE:								
	FREQUENTA			FREQUENTOU			NUNCA FREQUENTOU		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
DISTRITO DE MÁGOE	16.1%	9.1%	6.9%	18.3%	11.7%	6.6%	65.6%	26.6%	39.0%
P.A. de MPHEENDE	21.0%	11.9%	9.1%	21.8%	13.7%	8.1%	57.2%	22.2%	35.1%
P.A. de CHINTHOPO	8.0%	4.5%	3.4%	12.0%	8.3%	3.7%	80.0%	34.3%	45.7%
P.A. de MUKUMBURA	22.8%	13.0%	9.9%	23.9%	14.6%	9.3%	53.2%	19.9%	33.4%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

A maior taxa de escolarização verifica-se no grupo etário dos 10 a 14 anos, onde 47% das crianças frequenta a escola, seguido do grupo de 5 a 9 anos, o que reflecte a entrada tardia na escola. Na sua maioria, os estudantes são rapazes a frequentar o ensino primário, dada a insuficiente / inexistente rede escolar dos restantes níveis de ensino nalgumas localidades.

FIGURA 7: População⁷, por nível de ensino que frequenta



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

⁵ Com 5 ou mais anos de idade.

⁶ Com 5 ou mais anos de idade.

⁷ Com 5 ou mais anos de idade.

TABELA 8: População⁸, por nível de ensino que frequenta

	NÍVEL DE ENSINO QUE FREQUENTA							Nenhum nível
	Total	Alfab.	Primário	Secund.	Técnico	C.F.P.	Superior	
DISTRITO DE MÁGOE	16.1%	0.0%	15.7%	0.4%	0.0%	0.0%	0.0%	83.9%
5 - 9 anos	19.7%	0.0%	19.7%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	80.3%
10 - 14 anos	46.7%	0.0%	46.6%	0.1%	0.0%	0.0%	0.0%	53.3%
15 - 19 anos	23.4%	0.0%	21.6%	1.8%	0.0%	0.0%	0.0%	76.6%
20 - 24 anos	4.1%	0.0%	2.9%	1.1%	0.0%	0.1%	0.0%	95.9%
25 e + anos	0.7%	0.0%	0.6%	0.1%	0.0%	0.0%	0.0%	99.3%
HOMENS	19.2%	0.0%	18.6%	0.6%	0.0%	0.0%	0.0%	80.8%
MULHERES	13.2%	0.0%	13.0%	0.1%	0.0%	0.0%	0.0%	86.8%
P.A. de MPHEENDE	21.0%	0.0%	20.4%	0.5%	0.0%	0.0%	0.0%	79.0%
P.A. de CHINTHOPO	8.0%	0.0%	7.8%	0.1%	0.0%	0.0%	0.0%	92.0%
P.A. de MUKUMBURA	22.8%	0.0%	22.2%	0.6%	0.0%	0.0%	0.0%	77.2%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

Do total de população⁹, verifica-se que somente 11% concluíram algum nível de ensino. Destes, 92% completaram somente o ensino primário e 5% o 1º grau do secundário. Os restantes níveis representam somente 3% do efectivo escolarizado.

TABELA 9: População¹⁰, por nível de ensino concluído

	NÍVEL DE ENSINO CONCLUÍDO							Nenhum
	TOTAL	Alfab.	Primário	Secund.	Técnico	C.F.P.	Superior	
DISTRITO DE MÁGOE	11.4%	0.1%	10.5%	0.6%	0.1%	0.1%	0.0%	88.6%
5 - 9 anos	0.9%	0.0%	0.9%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	99.1%
10 - 14 anos	7.4%	0.0%	7.4%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	92.6%
15 - 19 anos	22.9%	0.0%	22.3%	0.6%	0.0%	0.0%	0.0%	77.1%
20 - 24 anos	23.6%	0.1%	21.3%	1.8%	0.2%	0.1%	0.0%	76.4%
25 e + anos	12.0%	0.2%	10.6%	1.0%	0.1%	0.2%	0.0%	88.0%
HOMENS	16.6%	0.1%	15.0%	1.1%	0.1%	0.1%	0.0%	83.4%
MULHERES	6.7%	0.0%	6.4%	0.2%	0.0%	0.0%	0.0%	93.3%
P.A. de MPHEENDE	14.2%	0.1%	13.0%	0.9%	0.1%	0.1%	0.0%	85.8%
P.A. de CHINTHOPO	6.1%	0.1%	5.6%	0.3%	0.0%	0.0%	0.0%	93.9%
P.A. de MUKUMBURA	16.0%	0.1%	14.9%	0.9%	0.0%	0.1%	0.0%	84.0%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

O baixo grau de escolarização reflecte o facto de, apesar da expansão em curso, a rede escolar e o efectivo de professores serem insuficientes e possuírem uma baixa qualificação pedagógica. Tais factos são agravados por factores socio-económicos, resultando em baixas taxas de aproveitamento e altas desistências, em algumas das localidades do distrito.

⁸ Com 5 ou mais anos de idade.

⁹ Com 5 ou mais anos de idade.



TABELA 10: Escolas, alunos e professores, 2003

NÍVEIS DE ENSINO	N.º de Escolas	N.º de Alunos		N.º de Professores	
		M	HM	M	HM
TOTAL DO DISTRITO	30	3.808	8.173	36	197
EP1	26	3.628	7.398	29	153
EP2	3	146	477	6	29
ESG I	1	34	298	1	15

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Educação
EP1 - 1º a 5º anos; EP2 - 6º e 7º anos; ESG I - 8º a 10º Anos.

A maioria dos professores tem uma formação escolar baixa, possuindo, em média, habilitações entre a 6ª e a 8ª classe e, em alguns casos, um ano de estágio pedagógico, o que condiciona bastante a qualidade do ensino ministrado.

¹⁰ Com 5 ou mais anos de idade.



8 Saúde e Acção Social

8.1 Cuidados de saúde e quadro epidémico



A rede de saúde do distrito, apesar de estar a evoluir a bom ritmo, é insuficiente, evidenciando os seguintes índices de cobertura média:

- Uma unidade sanitária por cada 8 mil pessoas;
- Uma cama por 1.900 habitantes; e
- Um profissional técnico para cada 1.900 residentes no distrito.

TABELA 11: Unidades de saúde, camas e pessoal, 2003

Unidades, Camas e Pessoal existente	Tipo de Unidades Sanitárias					Pessoal existente por sexo		
	Total de Unidades	Hospital Rural	Centro de Saúde I	Centro de Saúde II/III	Postos de Saúde	por sexo		
						HM	H	M
Nº de Unidades	7	0	2	4	1			
Nº de Camas	31	0	19	12	0			
Pessoal Total	41	0	17	23	1	41	19	22
- Licenciados	0	0	0	0	0	0	0	0
- Nível Médio	2	0	2	0	0	2	1	1
- Nível Básico	18	0	6	12	0	18	9	9
- Nível Elementar	10	0	5	4	1	10	4	6
- Pessoal de apoio	11	0	4	7	0	11	5	6

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Saúde

A Direcção Distrital de Saúde distribui regularmente por cada Centro de Saúde “Kits A e B” e pelos Postos de Saúde “Kits B”. A tabela seguinte apresenta, para o ano de 2003, a posição de alguns indicadores que caracterizam o grau de acesso e de cobertura dos serviços do Sistema Nacional de Saúde.

TABELA 12: Indicadores de cuidados de saúde, 2003

Indicadores	
Taxa de ocupação de camas	36,0%
Partos	1.096
Vacinação	29.706
Saúde materno-infantil	36.993
Consultas externas	37.184
Taxa de baixo peso à nascença	10,1%
Taxa de mau crescimento	5,3%

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Saúde

O quadro epidémico do distrito é dominado pela malária, diarreia e DTS e SIDA que, no seu conjunto, representam quase a totalidade dos casos de doenças notificados no distrito.

Magoe

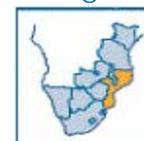
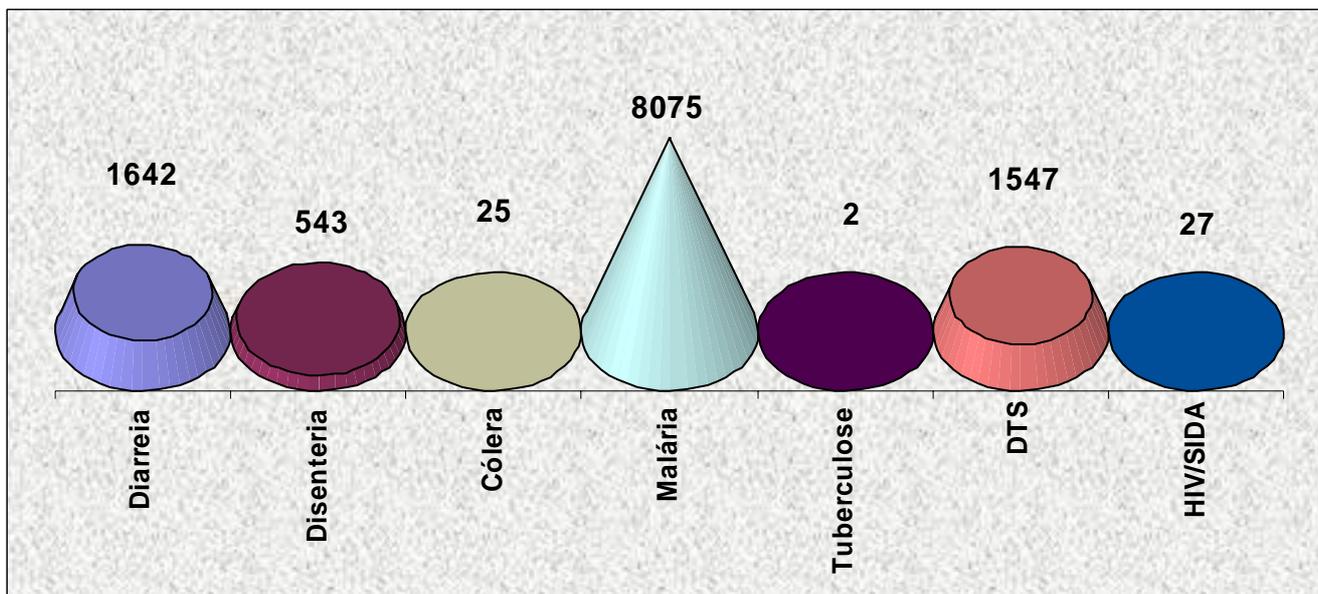


FIGURA 8: Quadro epidémico, 2003



Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Saúde

8.2 Acção Social

A integração e assistência social a pessoas, famílias e grupos sociais em situação de pobreza absoluta, dá prioridade à criança órfã, mulher viúva, idosos e deficientes, doentes crónicos e portadores do HIV-SIDA, tóxico-dependentes e regressados.

No distrito de Magoe existem, segundo os dados do Censo de 1997, cerca de mil órfãos (dos quais 22% de pai e mãe) e cerca de mil deficientes (75% com debilidade física, 14% com doenças mentais e 11% com ambos os tipos de doença).

TABELA 13: População, por condição de orfandade, 1997

DISTRITO DE MÁGOE	1,155
Homens	525
Mulheres	630
5 - 9 anos	348
10 - 14 anos	417
15 - 19 anos	390

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

TABELA 14: População deficiente, por idade e residência, 1997

Posto administrativo e Idade	TOTAL	Física	Mental	Ambas
DISTRITO DE MÁGOE	1048	787	146	115
0 - 14	230	152	40	38
15 - 44	417	306	64	47
45 e mais	401	329	42	30

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

Magoe



9 Género

O distrito de Magoe tem uma população estimada de 52 mil habitantes - 27 mil do sexo feminino - sendo 15% das famílias do tipo monoparental chefiados por mulheres.

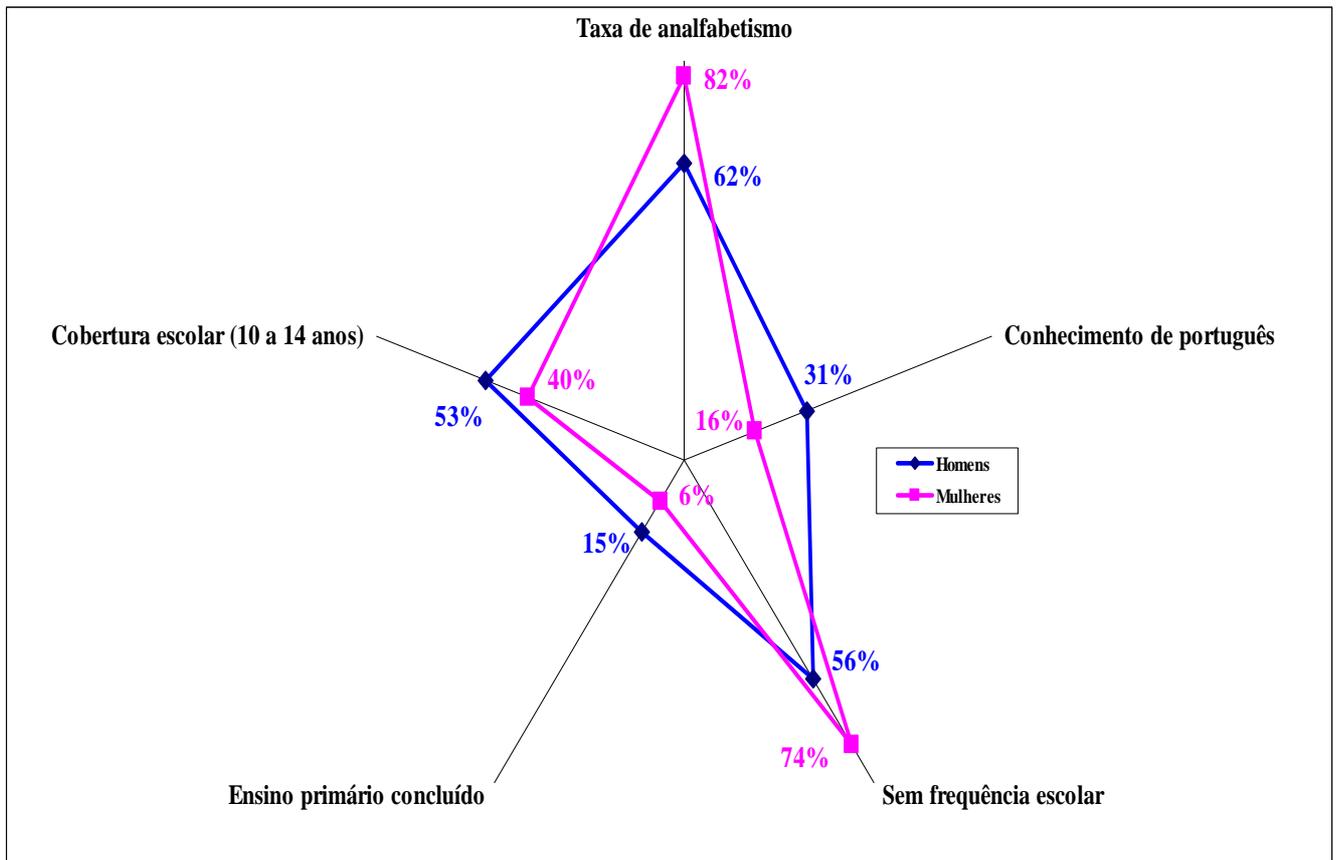
9.1 Educação

Tendo por língua materna dominante o *Cindau*, só 16% das mulheres tem conhecimento da língua portuguesa. A taxa de analfabetismo na população feminina é de 82%, sendo de 62% no caso dos homens.

Das mulheres do distrito com mais de 5 anos, 74% nunca frequentaram a escola e somente 6% concluíram o ensino primário.

A maior taxa de escolarização feminina ocorre no grupo etário dos 10 a 14 anos, em que 38% das raparigas frequentam a escola. Este indicador evidencia o baixo nível escolar e a entrada tardia na escola da maioria das raparigas, sobretudo nas zonas rurais.

FIGURA 9: Indicadores de escolaridade, por sexos



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

Magoe

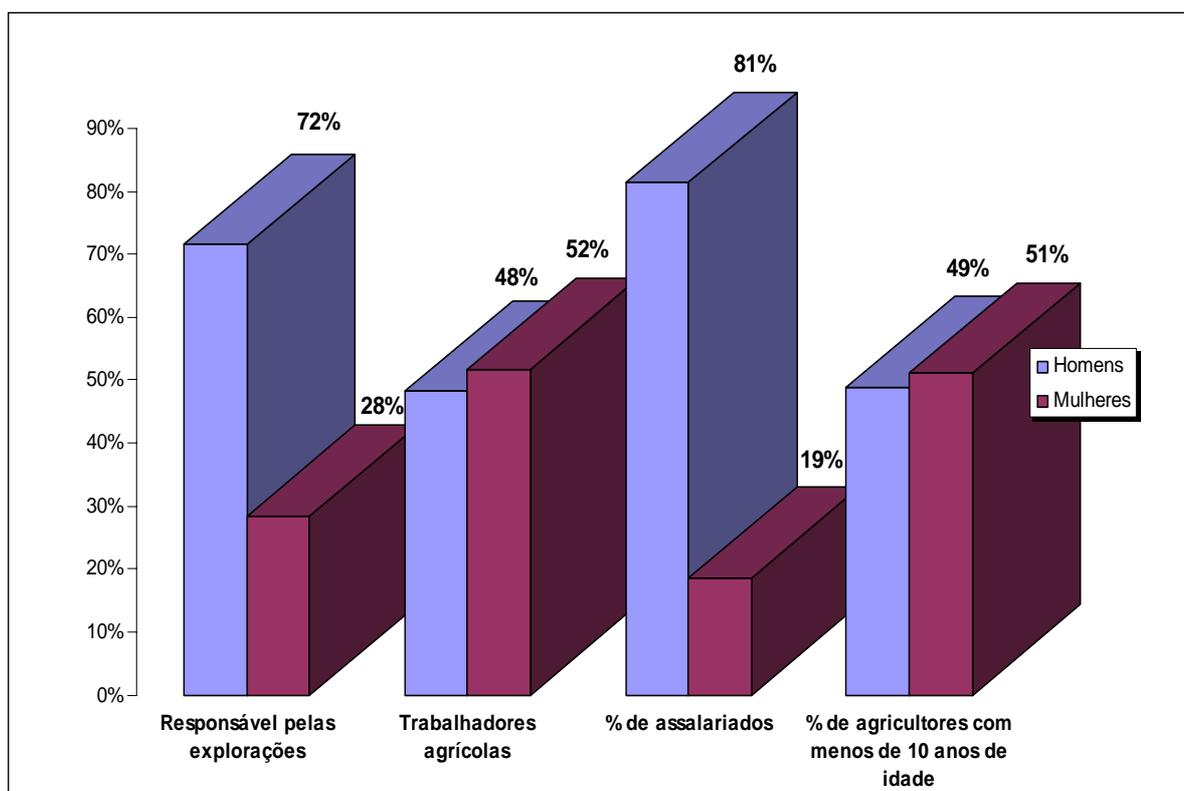


9.2 Actividade económica e exploração da terra

De um total de 27 mil mulheres, 14 mil estão em idade de trabalho (15 a 64 anos). Excluindo as que procuram emprego pela 1ª vez, a população activa feminina é de 10 mil pessoas, o que reflecte uma taxa implícita de desemprego de 34% (21% nos homens).

As 9 mil explorações agrícolas do distrito estão divididas em cerca de 14 mil parcelas, na maioria com menos de meio hectare e exploradas, em mais de metade dos casos, por mulheres. De reter, que 37% do total de agricultores são crianças menores de 10 anos de idade, de ambos os sexos, das quais metade são raparigas.

FIGURA 10: Quota das mulheres no trabalho agrícola e remunerado



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Censo agro-pecuário, 1999-2000

A distribuição das mulheres activas residentes no distrito do Magoé de acordo com a posição no processo de trabalho e o sector de actividade é a seguinte:

- Cerca de 94% são trabalhadoras agrícolas familiares ou por conta própria;
- 4% são empregadas ou vendedoras no sector comercial formal e informal ou trabalhadoras de outros serviços; e
- As restantes são, na maioria, produtoras artesanais ou empregadas em serviços industriais.

Magoé



9.3 Governação



Ao nível do distrito tem-se privilegiado a coordenação das acções de algumas organizações não governamentais, associações e sociedade civil, promovendo a criação de igualdade de oportunidades e direitos entre sexos em todos aspectos de vida social e económica, e a integração da mulher no mercado de trabalho, processos de geração de rendimentos e vida escolar.

Esta coordenação recorre a mecanismos de troca de informação, diálogo e concertação da acção, evitando a sobreposição de actividades e racionalizando recursos de forma a melhorar a eficácia e eficiência das acções governamentais e das iniciativas da comunidade e do sector privado.

Ao nível do Governo Distrital, dos 31 funcionários existentes só 3 são senhoras, em geral em posições inferiores da carreira administrativa.

10 Actividade Económica

10.1 População economicamente activa

A estrutura etária da população reflecte uma relação de dependência económica aproximada de 1:0.9, isto é, por cada 10 crianças ou anciões existem 9 pessoas em idade activa.

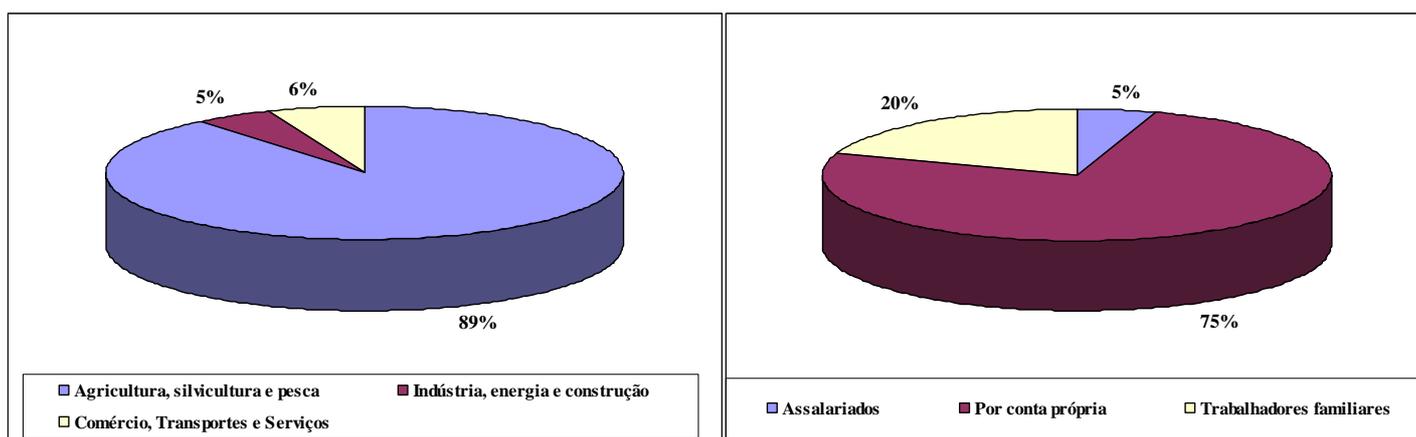
De um total de 52 mil habitantes, 27 mil estão em idade de trabalho (15 a 64 anos). Excluindo os que procuram emprego pela primeira vez, a população economicamente activa é de 19 mil pessoas, o que reflecte uma taxa implícita de desemprego de 28%.

Da população activa, 95% são trabalhadores familiares ou por conta própria, na maioria, mulheres. A percentagem de assalariados é somente de 5% da população activa, sendo - de forma inversa, dominada por homens (as mulheres representam apenas 19% do total de assalariados).

A distribuição da população activa segundo o ramo de actividade reflecte a dominância do sector agrário, que ocupa 89% da mão-de-obra do distrito.

Os sectores secundário e terciário ocupam, respectivamente, 5% e 6% dos trabalhadores, sendo dominados pela actividade de comércio formal e informal, que ocupa cerca de 5% do total de trabalhadores e 4% das mulheres activas do distrito.

FIGURA 11: População activa¹¹, por ramo de actividade, 2005



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

¹¹ Com 15 anos ou mais, excluindo os que procuram emprego pela primeira vez.

TABELA 15: População activa¹², por ramo de actividade, 2005

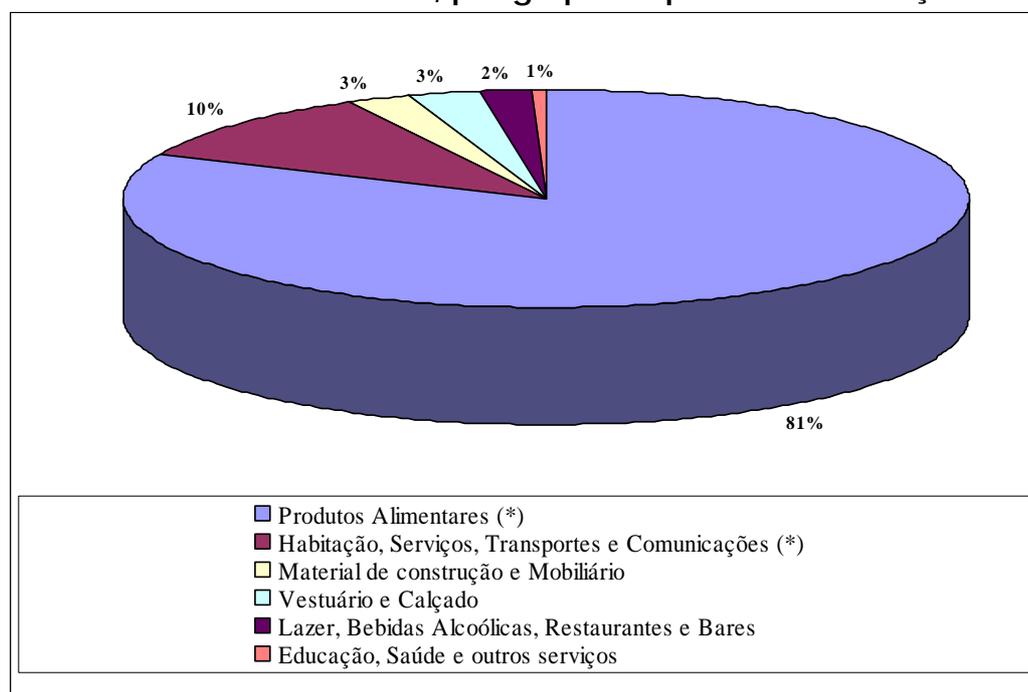
SECTORES DE ACTIVIDADE	TOTAL	POSIÇÃO NO PROCESSO DE TRABALHO						
		Assalariados			Sector Coop.	Por conta própria	Trabalhador familiar	Empresário Patrão
		Total	Estado	Empresas				
DISTRITO DE MÁGOE	19,340	5.1%	1.6%	3.5%	0.1%	75.1%	19.6%	0.1%
- Homens	9,812	4.1%	1.4%	2.7%	0.1%	35.9%	10.5%	0.1%
- Mulheres	9,527	0.9%	0.2%	0.7%	0.0%	39.2%	9.0%	0.0%
Agricultura, silvicultura e pesca	17,247	2.4%	0.2%	2.2%	0.0%	70.4%	16.3%	0.1%
Indústria, energia e construção	933	0.7%	0.1%	0.7%	0.0%	3.2%	0.9%	0.0%
Comércio, Transportes e Serviços	1,160	2.0%	1.4%	0.6%	0.0%	1.5%	2.4%	0.0%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

10.2 Orçamento familiar

O distrito tem um Índice de Incidência da Pobreza ¹³ estimado em cerca de 66% no ano de 2003¹⁴. Com um nível médio mensal de receitas familiares de 58% em espécie, derivados do autoconsumo e da renda imputada pela posse de habitação própria, a população do distrito apresenta um padrão de consumo concentrado nos produtos alimentares (82%) e nos serviços de habitação, água, energia e combustíveis (10%).

FIGURA 12: Consumo familiar, por grupo de produtos e serviços



(*) Inclui o autoconsumo da produção agrícola e a imputação da renda por posse de habitação própria
Fonte: Instituto Nacional de Estatística, IAF - 2002/03.

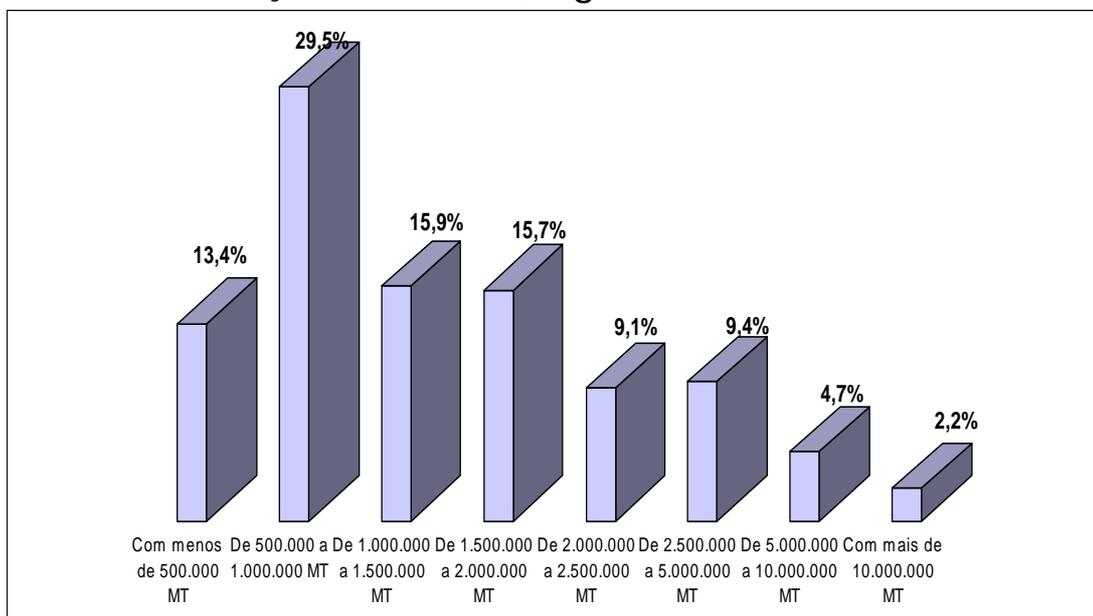
¹² Com 15 anos ou mais, excluindo os que procuram emprego pela primeira vez.

¹³ O Índice de Incidência da Pobreza (*poverty headcount index*) é a proporção da população cujo consumo *per capita* está abaixo da linha da pobreza.

¹⁴ Estimativa da MÉTIER, a partir de dados do Relatório sobre Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: 2ª Avaliação Nacional (2002-03), DNPO, Gabinete de Estudos do MPF.

Com variância significativa, a distribuição da receita familiar está concentrada nas classes baixas, com quase 43% dos agregados na faixa de rendimentos mensais inferiores a 1.500 contos.

FIGURA 13: Distribuição das famílias, segundo o rendimento mensal



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, IAF - 2002/03.

10.3 Segurança alimentar e estratégias de sobrevivência



Este distrito é frequentemente alvo de calamidades naturais que afectam profundamente a vida social e económica da comunidade.

Estes desastres, associados à fraca produtividade agrícola, conduzem . de acordo com vários levantamentos efectuados por entidades credíveis¹⁵ - a níveis de segurança alimentar de risco, estimando-se em 2,5 meses a média de reservas alimentares por agregado familiar de cereais e mandioca, o que coloca cerca de 5% da população do distrito, sobretudo os camponeses de menos posses, idosos e famílias chefiadas por mulheres, numa situação potencialmente vulnerável.

Efectivamente, dadas as tecnologias primárias utilizadas e, conseqüentemente, os baixos rendimentos das culturas, a colheita principal é, em geral, insuficiente para cobrir as necessidades de alimentos básicos, que só são satisfeitas com a ajuda alimentar, a segunda colheita, rendimentos não agrícolas ou outros mecanismos de sobrevivência.

¹⁵ Nomeadamente, os Médicos sem fronteira.



Nos períodos de escassez, as famílias recorrem a uma diversidade de estratégias de sobrevivência que incluem a participação em programas de "comida pelo trabalho", a recolha de frutos silvestres, a venda de lenha, carvão, estacas, caniço, bebidas e a caça.

As famílias com homens activos recorrem ao trabalho remunerado nas cidades mais próximas, já que as oportunidades de emprego no distrito são reduzidas, dado que a economia ter por base, essencialmente, as relações familiares.

Para atenuar os efeitos desta situação, as autoridades distritais e o MADER lançaram um plano de acção para redução do impacto da estiagem incluindo sementes e culturas resistentes e introdução de tecnologias adequadas ao sector familiar.

As principais organizações que apoiam o distrito, sobretudo aquando de calamidades, são o PMA, o Departamento de Prevenção e Combate às Calamidades Naturais o Programa de Emergência de Sementes e Utensílios, a Save the Children e a Organização Rural de Ajuda Mútua, cuja actuação inclui a entrega de alimentos e a distribuição de sementes e de instrumentos agrícolas, no quadro de programas “comida por trabalho”.

10.4 Infra-estruturas de base

O distrito é servido por estradas terciárias de terra batida numa extensão de 211 Km. Embora não tenham sido reabilitadas, todas elas estão em condições aceitáveis, excepto na época das chuvas em que ficam intransitáveis.

TABELA 16: Rede de estradas

Localização	Dimensão(Kms)	Tipo	Transitavel	Reabilitada	Tecnologia
Dack-Mukumbura	90	ER	Sim	Não	M
Mukumbura-Chinthopo	-	ER	Sim	Não	M
Mukumbura-Luia	63	ER	Sim	Não	M
Mágoè-Mtendedu	46	ER	Sim	Não	M
Mágoè-Catsueta	12	NC	Sim	Não	O

Classificação: EN- Estrada Nacional; ER- Estrada Regional secundária, não alcatroada; NC- Não Classificada, estrada rural terciária.

Tecnologia : M- Mecanizada; O- Trabalho Manual.

Fonte: Administração do Distrito

O distrito dispõe de comunicações via rádio, assim distribuídos:

- DDADR - 1 rádio;
- Comando da PRM e SISE - 3 rádios;
- Administração – 2 rádios (PA’s de Mucumbura e Chintopo).

Magoe



Durante o período em análise foram abertos 58 poços e 26 furos. Em Mágoè existem três furos em funcionamento, reabilitados/construídos pela Água Rural, cada um deles com uma bomba manual. Uma nascente e o rio são também fontes de água para as famílias, que funcionam igualmente com bombas manuais da Água Rural. A população de uma das localidades (Mussenguezi) tem que percorrer a pé cerca de 6 Km até à fonte de água mais próxima.

Foi construída uma extensão de energia eléctrica a partir do grupo gerador no PA de Mucumbura, cujas obras estão praticamente concluídas. O distrito possui neste momento um grupo gerador na Sede e mais 6 pequenos sistemas, dos quais 4 privados e 2 estatais.

O gerador da Vila sede abastece de energia eléctrica 25 consumidores, o que corresponde a uma receita média mensal de 5.600.000,00MT. Por sua vez, o gerador consome mensalmente 900 litros de combustível, o que corresponde a um custo de 13.500.000,00MT.

De acordo com os dados do Censo de 1997, só a vila de Caniçado beneficia de energia eléctrica, que cobre cerca de 11% da população do aglomerado, o que corresponde a 1% da população total do distrito. De salientar que estão em curso, presentemente, as obras de conclusão e montagem da fase de reabilitação da rede eléctrica de Guija.

Apesar dos esforços realizados, importa reter que o estado geral de conservação e manutenção das infra-estruturas não é suficiente, sendo de realçar a rede de bombas de água a necessitar de manutenção, bem como a rede de estradas e pontes que, na época das chuvas, tem problemas de transitibilidade.

10.5 Agricultura e Desenvolvimento Rural

A agricultura é a actividade dominante e envolve quase todos os agregados familiares. A aptidão deste distrito e o desenvolvimento de infra-estruturas para a prática da agricultura irrigada são baixas.

10.5.1 Produção agrícola e sistemas de cultivo

De um modo geral, a agricultura é praticada manualmente em pequenas explorações familiares em regime de consociação de culturas com base em variedades locais.

A produção agrícola é feita predominantemente em condições de sequeiro, nem sempre bem sucedida, uma vez que o risco de perda das colheitas é alto, dada a baixa capacidade de armazenamento de humidade no solo durante o período de crescimento das culturas.



Devido à grande variação na data de início do período de crescimento e, portanto, na data de sementeira, e dado que o período de crescimento é de pequena duração, os camponeses recorrem ao uso de variedades de ciclo curto.

Algumas famílias empregam métodos tradicionais de fertilização dos solos como o pousio das terras, a incorporação no solo de restolhos de plantas, estrume ou cinzas. Para além das questões climáticas, os principais constrangimentos à produção são as pragas, a seca, a falta ou insuficiência de sementes e pesticidas.

O sistema de produção mais dominante compreende mapira/mexoeira. O milho é produzido em consociação com feijão nhemba em solos com boas capacidades de retenção de humidade e em micro-climas específicos. Observa-se ainda o domínio de criação do gado caprino bovino e aves.

Somente em 2003, após o período de seca e estiagem que se seguiu e a reabilitação de algumas infra-estruturas, se reiniciou timidamente a exploração agrícola do distrito e a recuperação dos níveis de produção.

TABELA 17: Produção agrícola, por principais culturas: 2000-2003

Principais Culturas	Campanha 2000/2001		Campanha 2001/2002		Campanha 2002/2003	
	Área (ha) Semeada	Produção (Toneladas)	Área (ha) Semeada	Produção (Toneladas)	Área (ha) Semeada	Produção (Toneladas)
Milho	3.200	795	3.300	1.200	3.400	882
Mapira	3.000	736	3.000	1.130	3.100	775
Amendoim	370	32	400	90	450	67
Feijões	550	75	550	54	586	117
Batata Doce	200	0	200	500	250	800
TOTAL DO DISTRITO	7.320	1.638	7.450	2.974	7.786	2.641

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial de Agricultura

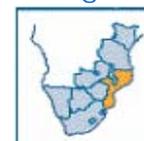
10.5.2 Pecuária



O fomento pecuário no distrito tem sido fraco. Porém, dada a tradição na criação de gado e algumas infra-estruturas existentes, verificou-se um crescimento do efectivo bovino de 4 mil cabeças em 2000, para cerca de 7 mil em 2004.

Dada a existência de boas áreas de pastagem, há condições para o desenvolvimento da pecuária, sendo as doenças e a falta de fundos e de serviços de extensão, os principais obstáculos ao seu desenvolvimento.

Magoe



Os animais domésticos mais importantes para o consumo familiar são as galinhas, os patos e os cabritos, enquanto que, para a comercialização, são os bois, os cabritos, os porcos e as ovelhas.

10.5.3 Pescas, Florestas e Fauna bravia

A lenha é a fonte de energia mais utilizada para a confecção de alimentos. Espécies como o mopane, micaias e pau-ferro são a principal fonte local de energia e de madeira de construção.

Nos PA's de Mphende e Mucumbura predominam as maçaniqueiras e o baobab, vulgo mulambe e em Chintopo a Ntsanha, a Chanfuta e o pau-preto.

O baobab é uma árvore cujo aproveitamento é total; o seu tronco constitui importante matéria-prima para o fabrico de papel. As suas folhas e frutos servem de alimento e medicamento para doenças como diabetes e hipertensão

Frutos frescos tais como maçanicas, mbondes, nozes, bananas, mangas e papaias são produzidos e consumidos pela população local.

A maçanica, para além de ser consumida seca, é comercializada tanto fresca como seca, e usada no fabrico de aguardente.

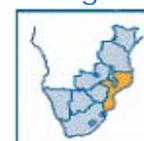
A falta de sementes, a seca, a insuficiente qualidade da terra são questões que impedem um maior aproveitamento desta potencialidade.

Existe uma vasta gama de animais selvagens, destacando-se dentre eles os cudus, búfalos, elefantes, impalas, pala-palas, leões, leopardos, hipopótamos, zebras, macacos-cães de cara preta, cabritos, porcos bravos, coelhos, changos, répteis (serpentes, jibóias), entre outras espécies.

A caça e a pesca são também recursos de que o distrito dispõe para enriquecimento da dieta das famílias. As gazelas, cudus, búfalos, impalas, javalis e o cabrito montês são os animais mais caçados e importantes na dieta.

O sector pesqueiro realizou o recenseamento de pescadores e a distribuição de barcos e redes aos pescadores da albufeira, em especial os de Cadzewe, Localidade de Daque, e todos os outros que já haviam beneficiado da distribuição de material em 2002. A produção de capenta contribuiu para o aumento dos índices de exportação da província.

Magoe



10.6 Indústria, Comércio e Serviços

A pequena indústria local (pesca, carpintaria e artesanato) surge como alternativa à actividade agrícola, ou prolongamento da sua actividade.

Funcionaram no distrito 21 pequenas indústrias moageiras, das quais 7 são propriedade da comunidade, como resultado da conservação de recursos naturais sustentáveis, no âmbito do Projecto “Tchuma-Tchato”.

A pequena oficina da Associação para o Desenvolvimento de Mágoè concebida para treinamento vocacional formou 5 alunos em 2003.

O distrito conta com 45 cantinas rurais, contra 39 em relação ao ano anterior. Apesar da falta de produtos no vizinho Zimbabwé, a Polícia da Guarda Fronteira fiscalizou 324 viaturas, tendo sido confiscados vários produtos alimentícios e bens materiais, posteriormente encaminhados para as alfândegas.

Durante o período em análise foram recenseadas as bancas e cantinas existentes, em número de 54, assim distribuídas: 16 em Mphende-sede, 16 em Daque, 4 em Cazindira, 4 em Mucumbura e 10 em Chintopo.

Estas cantinas são o garante do abastecimento do mercado interno em produtos de 1ª necessidade.

Nas áreas sob controlo do programa do “Tchuma-Tchato” operam 3 empresas, nomeadamente: África Hunt Safari, Thuvi Safari e Moçambique Safari que têm contribuído sobremaneira para o desenvolvimento das comunidades e melhoramento das condições de vida das populações do distrito, através dos rendimentos de recursos naturais compartilhados entre o sector privado, comunidades e Governo.

O Programa “Tchuma-Tchato” arrecadou este ano cerca de 2 biliões de meticais. Deste montante, 33% foram destinados às comunidades beneficiárias deste programa, nomeadamente, de Mágoè, Cahora Bassa e Changara, que podem agora contar com 7 unidades moageiras, 4 blocos escolares com 2 salas de aulas cada, 5 cantinas comunitárias, 3 tractores, um barco (banana-boat) e 1 (um) mercado na sede do distrito.

A actividade turística tende a crescer mercê do potencial faunístico que o distrito de Mágoè possui. O distrito não tem uma actividade comercial e industrial intensa uma vez que só existem 4 lojas, uma das quais inoperacional.

Magoe



Assim, em termos de pequenas actividades comerciais e de indústria em pequena escala, as mulheres vendem produtos e estão engajadas na confecção e venda de pão. Os homens dedicam-se à serralharia, carpintaria, moagem e venda. Outras fontes de rendimento no distrito são a pesca e a madeira.

O distrito não dispõe de um sistema formal de crédito e não está representada em Magoé nenhuma instituição bancária.



Anexo: Autoridade Comunitária no Distrito de Magoé

(Fonte de dados: Direcção Nacional da Administração Local)

	Nome completo	Designação Local de Aut. Comunitária	Sexo	Área de Jurisdição			Data de Reconhecimento
				Posto Administrativo	Localidade	Aldeia/Povção	
1	Pinto Gocha Munhuca	Mambo	M	M'phende	M'phende		25/06/02
2	Geraldo José Gabriel	Mambo	M	M'phende	Cazindira		25/06/02
3	Francisco Clemente	Mambo	M	M'phende	Daque		25/06/02
4	Simoco Dique	Mambo	M	Mucumbura	Dewetewe		25/06/02
5	Massitadi Thaio	Mambo	M	Chintopo	Chintopo-Sede		29/11/02
6	Sandifode Macombe Kaseza	Mambo	M	Chintopo	Chintopo		30/11/02

Magoé



Documentação consultada

- Administração do Distrito, *Balanço de Actividades Quinquenal para a 4ª Reunião Nacional, 2004.*
- Administração do Distrito, *Perfil Distrital em resposta à metodologia da MÉTIER, 2004.*
- Direcção de Agricultura da Província de Tete, *Balanço Quinquenal do Sector Agrário da Província de Tete, Maio 2004.*
- Direcção de Agricultura da Província de Tete, *Plano de Desenvolvimento do Sector Agrário da Província de Tete, 2002.*
- Direcção Provincial da Educação de Tete, *Relatório de Actividades, 2004.*
- Direcção Provincial de Saúde de Tete, *Relatório de Actividades, 2004.*
- District Development Mapping Project, *Perfil Distrital, 1995.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Anuário Estatístico da Província de Tete, 2001.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Anuários Estatísticos, 2000 a 2003.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Dados do Censo agro-pecuário, 1999-2000.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Dados do Inquérito às Receitas e Despesas dos Agregados Familiares, 2003 e 1997.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Dados do Recenseamento da População de 1997.*
- Instituto Nacional de Estatística, *Estatísticas Sociais e Demográficas, CD, 2004.*
- J. du Toit, *Provincial Characteristics of South Africa, 2002.*
- Lourenço Rodrigues, MSc, *Experiência de Planificação Distrital de Alto Molocué, 1986.*
- MÉTIER,Lda, *Folhas Informativas dos 33 Municípios, 2000 e 1997.*
- MÉTIER,Lda, *Moçambique: Crescimento e Reformas, 2003..*
- MÉTIER,Lda, *Perfil de Descentralização de Moçambique, 2004.*
- Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural – Hidráulica Agrícola, *Levantamento dos Regadios, Relatório Final, Junho 2002.*
- Ministério da Educação, *Estatísticas Escolares, 2000 a 2003.*
- Ministério da Saúde, Direcção de Planificação e Cooperação, *Perfil*

Magoe



Estatístico Sanitário da Província de Tete, 2004.

Ministério do Plano e Finanças e Ministério da Administração Estatal, *Orientações para a elaboração dos Planos Distrais de Desenvolvimento, 1998.*

Ministério do Plano e Finanças, *Balanço do Plano Económico e Social de 2003, 2004.*

Ministério do Plano e Finanças, Gabinete de Estudos, DNPO, *Relatório sobre Pobreza e Bem-estar em Moçambique: 2ª Avaliação Nacional (2002-03).*

Ministério do Plano e Finanças, *Plano de Acção Para a Redução da Pobreza Absoluta (2001-2005), Conselho de Ministros, 2001.*

UN System, *Mozambique Common Country Assessment, 2000.*

UN System, *Mozambique – Millennium Development Goals, 2002.*

UNDAF, *Mozambique - Development assistance Framework, 2002-2006.*

UNDP, *Governance and local development, 2004.*

UNDP, *Poverty and Gender, 2004.*

UNDP, *Relatórios Nacionais do Desenvolvimento Humano, 1998 a 2001.*

UNDP, *Rural Regions: Overcoming development Disparities, 2003.*

UNDP, *Sustained local development, Senegal, 2004.*

Unidade de Coordenação do Desenvolvimento Integrado de Nampula, *Brochura Distrital e Municipal, 2003.*

Ville de Gatineau, Canadá, *Profil Economique, 2004.*

World Bank, *Poverty Monitoring Toolkit, 2004.*

World Bank, *Social Analysis Sourcebook, 2003.*



Série: Perfis Distritais
Edição: 2005

Editor: Ministério da Administração Estatal
Coordenação: Direcção Nacional da Administração Local
Copyright © Ministério da Administração Estatal
Um resumo desta publicação está disponível na Internet em <http://www.govnet.gov.mz/>

Assistência técnica: MÉTIER – Consultoria & Desenvolvimento, Lda
Um resumo desta publicação está disponível na Internet em <http://www.metier.co.mz>
Copyright © MÉTIER, Lda



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL

Série “Perfis Distritais de Moçambique”

Edição 2005